Bolsonaro segue atrasando vacinação

Jair é responsável por 90% das novas mortes por ômicron

HORA DO POVO
ANO XXXII - Nº 3.842 9 a 15 de Fevereiro de 2022

AFP

1.308 mortes em 24 horas e 197.442 novos casos. Não vacinados lotam UTI

Nos últimos dias estamos assistindo à uma elevação impressionante no número de casos de Covid-19 no Brasil, quase todos provocados pela variante ômicron. Foram 197.442 novos casos nas últimas 24 horas, com 1.308 mortes, segundo o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde. A sabotagem federal à vacinação segue, e em algumas cidades, como o Rio de Janeiro, foi interrompida por falta de vacina. Pacientes que não tomaram vacina e estão internados em estado grave se arrependem de terem seguido a estupidez negacionista do "mito". **Pág. 3**

Bananinha atacou as engenheiras, mas não teve "meritocracia" nem mesmo para fritar hambúrgueres

O "zero dois", que não conseguiu segurar nem o emprego de fritador de hambúrguer nos EUA, diz em seu perfil na internet que engenheiras brasileiras não têm mérito. Herdou do pai a incompetência e o ódio às mulheres. **Pág. 3**

TCU descobre fraude bilionária na privatização da Eletrobrás

Técnicos identificaram "falha metodológica" relacionada à potência das hidrelétricas da Eletrobrás, que implica em subavaliação "expressiva" de bilhões de reais. **Pág. 2**

HP

Nilson: "Crise de hegemonia no mundo abre oportunidades para o Brasil"

"A situação internacional, caracterizada pelo declínio americano e a ascensão da China, abre oportunidades para o Brasil retomar seu desenvolvimento", disse o economista e professor Nilson Araújo de Souza, organizador da obra Pensamento Nacional Desenvolvimentista. A afirmação foi em entrevista Roda de Conversa, do jornalista Osvaldo Bertolino. **Pág. 2**

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Aumento dos juros é um duro golpe na economia, diz Fiesp

AFP

Em São Paulo, o ato contra o bárbaro assassinato do congolês Moïse Kabagambe foi realizado no Masp

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), já sob o comando o empresário Josué Gomes da Silva, fez duras críticas à decisão tomada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, de elevar a taxa básica de juros (Selic) para 10,75%, "já que," segundo a Fiesp, "a inflação que visa combater não apresenta um perfil condizente para um tratamento exclusivo via aumento dos juros". Em nota, a Fiesp afirma que "as questões conjunturais, em geral de curto prazo e que definem as ações monetárias do BC, não devem sobrepor-se às razões estruturais que influenciam a economia nacional". **Pág. 2**

Bolsonaro afronta servidores e diz que não vai haver reajuste este ano

Bolsonaro voltou a dizer que os servidores públicos federais só terão reajuste salarial em 2023, assim como também afirmou que as carreiras de segurança pública não terão o prometido aumento este ano. **Página 5**

Putin e Xi repudiam expansionismo da Otan e ingerência norte-americana

Comunicado conjunto dos presidentes da China (Xi Jinping) e da Rússia (Vladimir Putin) condena EUA por recorrer "à força para interferir nos assuntos internos de outros Estados". **Página 7**

Atos exigem justiça pelo assassinato de Moïse

O Brasil registrou protestos em várias cidades, no sábado (5), para pedir justiça pela morte do jovem congolês Moïse Kabagambe, de 24 anos. O congolês foi espancando até a morte no último dia 24 em frente a um quiosque na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. **Página 4**

Multinacional causou desabamento no Metrô-SP

Afirmam, em nota, trabalhadores da Sabesp. Pág. 4

HP 9 A 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Fiesp: aumento dos juros pelo BC golpeia a economia nacional

Foto: Reprodução

Programa Roda de Conversa de Bertolino

Crise de hegemonia no mundo é oportunidade para o Brasil, diz Nilson

"A situação internacional, caracterizada pelo declínio americano e a ascensão da China, abre oportunidades para o Brasil retomar seu desenvolvimento"

O economista e professor Nilson Araújo de Souza, autor do livro Economia Brasileira Contemporânea e organizador da obra Pensamento Nacional Desenvolvimentista, afirmou nesta quinta-feira (3), em entrevista ao programa Roda de Conversa, do jornalista Osvaldo Bertolino, secundado por Luiz Manfredini e Jorge Gregory, que a inflação brasileira é culpa da política econômica desastrosa do governo Bolsonaro.

"A inflação não está sendo provocada por excesso de demanda, como eles apregoam. Ela é fruto do desmonte da estrutura de abastecimento do país pelo ministro Paulo Guedes. A União tinha uma política de abastecimento, o governo comprava a produção na safra, armazenava em seus armazéns e garantia o abastecimento na entressafra. Pois bem, o governo acabou com isso. Vendeu seus armazéns e não regulou mais nada", denunciou o professor.

Ele creditou também o descontrole inflacionário à dolarização da economia. "O exemplo maior foi inicialmente a inflação de alimentos, que começou já no ano passado e que, sem nenhuma política de regulação de abastecimento, escapou quase toda para o mercado externo. Com o dólar caro, o produtor, que vendia em dólar, não tinha nenhum interesse em vender seu produto no mercado interno em real e, quando o fazia, cobrava um preços dolarizado".

Nilson falou também sobre a desindustrialização do país. Segundo ele, com a política de privilegiar a especulação financeira, houve uma violenta redução da atividade industrial no país. "A indústria de transformação que já chegou a 30% do PIB (Produto Interno Bruto) e o conjunto da indústria, incluindo a construção civil, que chegou a ter 44% do PIB na década de 1980, atualmente, a indústria de transformação está em torno de 10% e o conjunto da indústria, em torno de 20%", denunciou.

Ele apontou que a situação internacional, caracterizada pelo declínio americano e a ascensão da China, abre oportunidades para o Brasil retomar seu desenvolvimento, assim como ocorreu na industrialização do país quando a hegemonia inglesa entrou em crise na década de 1930. "O Brasil pode se aproveitar dessa situação, assim como Getúlio soube fazer naquela época, o que redundou na nossa industrialização", argumentou Nilson Araújo.

Voltando a falar da inflação ele destacou que "este problema da dolarização está visível nos preços dos combustíveis". "O Brasil é autossuficiente em produção de petróleo e tem um parque de refino que atende ao consumo interno. Como o governo não investe e mantém 30% de ociosidade nas refinarias e, além disso, está vendendo as refinarias da Petrobrás, o Brasil está cada vez mais dependente de importação de combustíveis", denunciou, lembrando que "os importadores impõem e o governo obriga a Petrobrás a cobrar os preços internacionais".

"Quem ganha com isso são os acionistas, que têm maioria das ações que rendem dividendos, e apoiam essa política do governo porque a empresa está distribuindo seus dividendos com para eles", afirmou Nilson Araújo. "Esta política, por outro lado, está dolarizando os preços cobrados aos brasileiros e jogando nas alturas os preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha", observou o professor. "Uma das soluções é o governo fazer, o que já fez, que é recomprar as ações e aumentar sua participação nos lucros da Petrobrás", defendeu.

SÉRGIO CRUZ

Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

Josué Gomes da Silva assumiu recentemente a presidência da Fiesp

"Muito mais que o BC e o Tesouro, são os poderes da República e a sociedade que devem dar as diretrizes visando o interesse comum do desenvolvimento nacional", afirma Josué Gomes da Silva, presidente da entidade

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), já sob o comando o empresário Josué Gomes da Silva, fez duras críticas à decisão tomada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, de elevar a taxa básica de juros (Selic) para 10,75%, "já que," segundo a Fiesp, "a inflação que visa combater não apresenta um perfil condizente para um tratamento exclusivo via aumento dos juros".

"Para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo as questões conjunturais, em geral de curto prazo e que definem as ações monetárias do Banco Central (BC), não devem sobrepor-se às razões estruturais que influenciam a economia nacional. Muito mais que o BC e o Tesouro, são os poderes da República e a sociedade que devem dar as diretrizes visando o interesse comum do desenvolvimento nacional", diz a nota da entidade divulgada na quarta-feira (2).

Josué Gomez da Silva, assumiu recentemente a presidência da Fiesp. Dirigente da Coteminas, o empresário é filho do saudoso José Alencar, vice-presidente da República no governo Lula onde combateu a política monetária de juros altos implementada pelo então ministro Henrique Meirelles, quando o Brasil passou a ser o campeão mundial de juro real. José Alencar faleceu em 2011.

A seguir a nota da Fiesp.

MUITO MAIS QUE O COPOM

Após as reuniões do Copom, como a que hoje elevou a Selic de 9,25% para 10,75%, deveriam soar como alerta sobre tudo o que deixamos de fazer a contento para colhermos crescimento econômico com geração de emprego e renda de modo sustentável.

O novo patamar da Selic incomoda, e muito, já que a inflação que visa combater não apresenta um perfil condizente para um tratamento exclusivo via aumento dos juros.

Mas deveriam incomodar muito mais as razões que movem o Copom a refrear a atividade econômica já combalida.

Para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) as questões conjunturais, em geral de curto prazo e que definem as ações monetárias do Banco Central (BC), não devem sobrepor-se às razões estruturais que influenciam a economia nacional. Muito mais que o BC e o Tesouro, são os poderes da República e a sociedade que devem dar as diretrizes visando o interesse comum do desenvolvimento nacional.

Para tanto, além de reconhecer as virtudes do setor primário e sua importância para a economia brasileira, é preciso também almejar o mesmo dinamismo para o setor industrial. A indústria de transformação é o principal canal de geração de inovações e espraiamentos tecnológicos para os demais setores.

A expansão da renda e a geração de empregos de qualidade são características da indústria de transformação, com impactos positivos generalizados, do agronegócio aos serviços. Por isso, a Fiesp afirma: é preciso pensar para além do Copom.

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp

Juro a 10,75% é colocar mais lenha na fogueira da recessão, afirma Oreiro

"Está aumentando o custo do dinheiro. Isso vai aumentar o custo do crédito para as empresas, para os consumidores. O que nós vamos ver como consequência disso é uma desaceleração ainda maior do nível de atividade"

Foto: Agência Câmara

Economista Oreiro

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) aumentou nesta quarta-feira (2) a taxa básica de juros (Selic) de 9,25% ao ano para 10,75% ao ano. Na avaliação do economista e professor do Departamento de Economia da UnB, José Luis Oreiro, "o Banco Central está pondo mais lenha na fogueira da recessão".

"O Copom aumentou a taxa básica de juros, a Selic, em 1,5 pontos percentuais, e a taxa de juros voltou a dois dígitos pela primeira vez desde julho de 2017. Duas coisas chamam atenção, primeiro a magnitude da mudança, ou seja, manteve o ritmo de aumento. Ele estava aumentando nas últimas reuniões nessa magnitude de 150 pontos base. Então, ele manteve o ritmo de aumento, o que sinaliza que o ciclo de aperto monetário não vai terminar tão cedo. Quer dizer, se ele estivesse para terminar, você deveria esperar uma redução do ritmo de aumento. Não. Mas ele manteve o ritmo de aumento. Então, assim, realisticamente falando, eu acho que nós vamos ter ainda aumento na Selic durante todo o primeiro semestre de 2022", avaliou o Oreiro.

"Agora quando você olha para a expectativa de inflação do Boletim Focus, a expectativa de inflação para 2022 é de algo em torno de 5%, 5,2%, 5,3%. Com uma Selic de 10,75%, isto significa um juro real de 5,5%, numa economia que tem uma elevada taxa de desemprego, mais de 12 milhões de pessoas estão desempregadas, é uma economia que tem uma expectativa de crescimento muito baixa para 2022. A expectativa de crescimento está em 0,5%, mas já existem instituições financeiras que estão prevendo inclusive contração do nível de atividade econômica em 2022. Então, o Banco Central está pondo mais lenha na fogueira da recessão. Está aumentando o custo do dinheiro. Isso vai aumentar o custo do crédito para as empresas, para os consumidores. O que nós vamos ver como consequência disso é uma desaceleração ainda maior do nível de atividade", denunciou o economista.

"Mais uma vez eu tenho que enfatizar que o Banco Central do Brasil é o único banco central do mundo que está elevando, sistematicamente, a taxa de juros. O Federal Reserve está começando a discutir se e quando ele vai aumentar os juros, mas a situação do mercado de trabalho americano é completamente diferente do mercado de trabalho no Brasil. Os Estados Unidos já se recuperaram da crise do Covid, a taxa de desemprego nos Estados Unidos está em 3,9 % da força de trabalho, ou seja, mais baixo do que no nível anterior à crise do Covid, e os salários estão aumentando. Aqui é tudo ao contrário", destacou.

"No Brasil nós temos uma taxa de desemprego em torno de 12% da força de trabalho. Nós temos mais ou menos 4 milhões de pessoas que saíram da força de trabalho durante a pandemia – que ainda continua, mas ainda não voltaram. Isso nos deixa 16 milhões de pessoas sem trabalho. Nós temos uma economia que cresceu alguma coisa em 2021, mas que vai crescer muito pouco em 2022 e os salários estão caindo. Os salários não estão conseguindo repor a inflação. Então, a situação do mercado de trabalho americano é completamente diferente da situação do mercado de trabalho nos Estados Unidos", argumentou.

"Nos EUA, realmente, já faz sentido você discutir em que momento, que ainda não começou, mas em que momento a política monetária vai ser normalizada. Ou seja, você vai ter alguma elevação dos juros, lembrando que os juros nos EUA continuam 0,25% ao ano. No Brasil está 10,75% ao ano, ou seja, uma diferença de 10,05 pontos percentuais, um enorme spread, uma enorme diferença de juro. Isso vai atrair capital especulativo, lógico, para apreciar o câmbio. O velho populismo cambial de sempre, que foi usado 'ad nauseam' no governo Fernando Henrique Cardoso, também no primeiro mandato do presidente Lula, quando você tinha o Henrique Meirelles como presidente do Banco Central, e agora está sendo usado de novo", afirmou.

"Mais uma vez o Brasil está cometendo o mesmo erro de sempre, de aumentar o juro para valorizar o câmbio e assim reduzir a inflação. Isso já foi feito várias vezes e sempre deu errado, no sentido que o produto dessa política macroeconômica é desindustrialização. Agora, é lógico que é uma política macro que atende aos interesses dos rentistas brasileiros".

ANTONIO ROSA

TCU descobre fraude bilionária na privatização da Eletrobrás

A revelação de uma fraude bilionária no processo de privatização da Eletrobrás pelo Tribunal de Contas da União (TCU), através do gabinete do ministro Vital do Rêgo, colocou em xeque, mais uma vez, a tentativa do governo Bolsonaro de entregar a preço de banana a maior companhia de energia elétrica da América Latina.

Técnicos do gabinete do ministro Vital do Rêgo identificaram uma "falha metodológica" relacionada à potência das usinas hidrelétricas da Eletrobrás, o que revelou subavaliação "expressiva" de bilhões de reais a ser pago pelos novos controladores, segundo reportagem do Valor.

O valor exato da outorga deve vir a público quando o ministro Vital do Rêgo devolver o processo ao plenário do TCU, o que deve ocorrer entre o fim deste mês e o começo de março. O ministro havia pedido vista do caso na última sessão do ano passado, quando o relator, ministro Aroldo Cedraz, apresentou seu voto com uma série de ressalvas, entre as quais o próprio valor da outorga, definido em R$ 23,2 bilhões.

Na época, o ministro Walton Alencar, considerado um aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL), demonstrou desconforto com o pedido de vista e argumentou que o TCU estava dando ao mercado a impressão de que a Eletrobrás "não seria privatizada". Vital do Rêgo rebateu afirmando que o exame do caso em questão não se tratava da modelagem da desestatização, mas apenas do valor da outorga, que vai interferir no preço da conta de luz.

"Vai ser cobrado a mim e ao mais pobre dos brasileiros, pois tem impacto diretamente sobre a questão tarifária", argumentou o ministro.

O relator Cedraz já havia manifestado sua preocupação com alguns valores trazidos na proposta do governo. Por exemplo, o ministro viu indícios de inconstitucionalidade no desconto de R$ 6,5 bilhões concedido aos futuros donos da Eletrobrás, que assumiriam o compromisso de arcar com as despesas referentes a programas de revitalização de bacias hidrográficas e ao desenvolvimento de projetos na Amazônia Legal.

De acordo com a proposta aprovada no Congresso, esses desembolsos seriam feitos ao longo de uma década, com parcelas anuais de R$ 350 milhões para os rios São Francisco e Parnaíba e R$ 295 milhões para os rios Madeira e Tocantins, além de R$ 230 milhões para as bacias da usina de Furnas. Outros R$ 510 milhões seriam ofertados em eletricidade para o Programa de Integração do São Francisco.

"Na prática, pelo modelo proposto, o governo desistiria de receber esses valores [sob a forma de bônus de outorga] e, em contrapartida, a nova Eletrobrás assumiria o compromisso de arcar com as despesas", segundo o relator.

Segundo especialistas ouvidos pelo Valor, como o modelo de desestatização prevê que os empreendimentos deixarão de ter uma receita reduzida ao passar a vender a energia no chamado mercado livre, um ponto a ser observado na discussão é a dificuldade de se fazer uma projeção para os 30 anos de preço da energia dos novos contratos.

"O Brasil é o país que tem maior variação entre preço baixo e preço alto. No Nord Pool, mercado entre Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega, a maior variação, desde 1990, é por volta de 500%, cerca de cinco vezes. Aqui, no Brasil, já subiu em 7.000%", disse Roberto D'Araújo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (Ilumina).

"Se pegar as dez maiores empresas de energia elétrica do mundo, a décima colocada é a inglesa National Grid, que não tem usina, só linha de transmissão, que vale mais de US$ 40 bilhões. A rigor, é difícil fazer essa conta que coloca a Eletrobras a um valor muito menor do que as empresas semelhantes a ela", afirmou D'Araújo. Veja matéria completa no site: https://horadopovo.com.br/74-de-novos-empregos-sao-informais/

74% de "novos empregos" são "bicos" trabalho doméstico e sem carteira assinada

Em 2021, "bicos", trabalho doméstico e sem carteira assinada representaram 74% do aumento da ocupação no país, apontou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), com base em dados recentes da Pnad Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"O lado bom é que a ocupação está subindo e a desocupação diminuindo. Do lado negativo, continuamos com uma taxa de desemprego de dois dígitos, elevadíssima subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, informalidade em níveis recordes, rendimentos em nítido retrocesso e massa salarial encolhendo", destacou a entidade no texto "Pouco emprego, pouca renda".

No trimestre móvel de setembro a novembro de 2021, a população ocupada (94,9 milhões de pessoas) subiu 9,7%, na comparação com o mesmo trimestre de 2020, segundo o IBGE. Na avaliação do IEDI, o aumento da ocupação em relação a um ano atrás "refere-se basicamente a postos informais de trabalho, cujo rendimento tende a ser menor e mais irregular, especialmente frente ao peso do conta própria, que se refere aos chamados "bicos"".

"Só este tipo de ocupação referente aos "bicos" responde por quase 40% da melhora do emprego entre o final do ano passado e o final de 2020. Somados, bicos, trabalho doméstico e sem carteira representaram 74% do aumento da ocupação total. Não seria um aspecto tão preocupante se este movimento fosse apenas uma etapa inicial da retomada do emprego, mas não é o que parece dadas as expectativas de estagnação econômica para 2022 (+0,3% para o PIB segundo o Boletim Focus e o FMI)", apontou o IEDI.

Evolução do emprego no trimestre móvel de setembro a novembro de 2021 frente ao mesmo período de 2020:

- Ocupação total: +8,36 milhões de ocupados ou +9,7%;
- Com carteira assinada: +2,64 milhões ou +4,0%;
- Sem carteira assinada: +1,91 milhão ou +7,4%;
- Conta própria: +3,23 milhões ou +2,3%;
- Trabalho doméstico: +1,03 milhão ou +6,0%;
- Empregador: +10 mil ou +3,4%.

O IEDI também destacou que "uma das consequências deste perfil do crescimento da ocupação, que tem feito a taxa de informalidade subir, de 38,7% em set-nov/20 para 40,6% em set-nov/21, tem sido a continuidade do declínio do rendimento e isso sem nem mesmo considerar as perdas provocadas pela inflação". Em comparação com 2020, o rendimento nominal habitualmente recebido recuou -2,0% na passagem de setembro a novembro de 2021.

"Se considerada a evolução real, isto é, corrigida pela inflação no período, a queda chegou a -11,4%. São sinais de que, a despeito da melhora do emprego, a população segue empobrecendo", alertou o instituto, que concluiu o documento afirmando que "como resultado, a massa de rendimentos reais voltou a encolher: -2,6% ante set-nov/20, estreitando os mercados consumidores, já que a massa de rendimentos é a base dos gastos correntes das famílias. Neste processo, desestimula o crescimento econômico e compromete a continuidade da melhora do quadro do emprego em um círculo vicioso que o país precisa superar o mais rapidamente".

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Reprodução

"Destaque na luta do povo brasileiro"

Luciana Santos, do PCdoB: Maria Prestes, um grande legado revolucionário

A presidenta nacional do Partido Comunista do Brasil e vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos, divulgou nota de pesar pelo falecimento de Maria Prestes, aos 92 anos, nesta sexta-feira, 4 de fevereiro, em decorrência de covid.

Luciana exalta a militante comunista como uma das militantes que atravessou todas as lutas pelo socialismo desde sua juventude, acompanhando o líder comunista Luiz Carlos Prestes desde os anos 1950, até sua morte em 1990.

Ela também destaca a amizade e o carinho que o PCdoB mantinha por ela, que juntos produziram alguns gestos em honra da memória de Luiz Carlos Prestes e sua luta árdua que atravessou todo o século XX.

Leia a íntegra da nota:

Maria Prestes, grande brasileira, guerreira da luta pelo socialismo

Com imenso pesar, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) registra o falecimento, aos 92 anos, nesta sexta-feira (4) de dona Maria Prestes, personalidade de destaque na luta do povo brasileiro.

Maria Prestes, ao longo de mais setenta anos de militância comunista, deixa um grande legado revolucionário. Expressamos, neste momento de dor, nossa solidariedade aos familiares – entre os quais, Ana Maria Prestes, da direção nacional do PCdoB, neta de dona Maria –, amigos e camaradas. Nossos sentimentos mais afetuosos e profundos.

Desde os 13 anos de idade, no final da primeira metade do século passado, engajada, ao lado do pai, João Rodrigues Sobral, dirigente do PCB, Maria Prestes percorre a história brasileira participando como militante comunista de grandes lutas nacionais.

Enfrentou as garras do Estado do Novo e do governo do general Eurico Gaspar Dutra, e depois a truculência da ditadura militar. Padeceu em prisões, enfrentou dificuldades extremas, inerentes à vida do povo, e, depois, o exílio. Mas, apesar dessas agruras, dona Maria tinha resistência, fibra, convicções, compromissos revolucionários com a classe trabalhadora, de quem era filha, e com o socialismo, cuja bandeira sempre manteve ao alto.

Em 1952, quando tinha apenas 20 anos de idade, o Partido designou dona Maria para a segurança de Prestes em São Paulo. Depois de algum tempo, na clandestinidade, dona Maria e Prestes se casaram e tiveram sete filhos.

Após o golpe de 1964, Prestes, então líder máximo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), se exilou com a família na União Soviética, onde viveram por dez anos. Ao voltar ao Brasil, deixou aquela agremiação partidária, se filiou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, do qual foi presidente de honra.

Após a morte de Prestes, em 7 de março de 1990, dona Maria seguiu firme na luta pelo socialismo e pelos direitos povo. E, também, junto com seus filhos, filhas, netos e netas, se dedicou a disseminar às novas gerações o legado revolucionário do "Velho", seu companheiro e camarada Prestes.

Foi amiga estimada do PCdoB, participando de atividades como a restituição simbólica pelo Senado do mandato de Prestes, eleito em 1945 e cassado em 1948, em 22 de maio de 2013, por iniciativa do senador comunista Inácio Arruda. Em 2014, a Fundação Maurício Grabois produziu um documentário em vídeo e livro sobre sua passagem pelo trajeto da Coluna Prestes no Rio Grande do Sul, acompanhada dos filhos do casal Mariana e Luís Carlos. A Fundação Maurício Grabois, também, apoiou uma das edições de seu livro, Meu companheiro, 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes. Participou, ainda, de atividades da Escola do Partido.

A luta pelo socialismo perde uma de suas guerreiras, mas seu exemplo e legado enchem de esperança os que seguem levantando sua bandeira e inspiram as novas gerações que seguirão seu caminho. O PCdoB, comovido e honrado por ter convivido e se enriquecido com suas contribuições, rende as mais sentidas homenagens à sua memória. Dona Maria viverá para sempre na memória e na luta dos que batalham por um mundo de paz e justiça.

Recife, 4 de fevereiro de 2022
Luciana Santos
Presidenta nacional do PCdoB
Fonte: Portal PCdoB

Bolsonaro é responsável por 90% das novas mortes pela ômicron

Reprodução

Bolsonaro fazendo aglomerações, agredindo as recomendações sanitárias

1.308 mortes em 24 horas. Pacientes que não tomaram vacina e estão internados em estado grave se arrependem de terem seguido a estupidez negacionista do "mito"

Nos últimos dias estamos assistindo à uma elevação impressionante no número de casos de Covid-19 no Brasil, quase todos provocados pela variante ômicron. Foram 197.442 novos casos nas últimas 24 horas, com 1.308 mortes, segundo o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde. O maior número de mortes desde julho do ano passado.

O governo federal, como sempre, não dá a menor importância para estes números. Não oferece nenhuma condolência às famílias enlutadas. Segue atrapalhando a vacinação. A única morte que comoveu o "mito" foi a de seu guru, o astrólogo maluco, Olavo de Carvalho, para quem foram prestadas todas as homenagens oficiais. Na opinião de Bolsonaro, esses números de mortes estão sendo inflados só para atrapalhar sua campanha de reeleição.

O fato é que, se ele já era responsável por boa parte das mais de 600 mil mortes da primeira e da segunda fases da pandemia, por conta de sua sabotagem à compra de vacinas e sua campanha contra as medidas sanitárias, nesta terceira onda, as digitais de Bolsonaro nas mortes são ainda mais evidentes.

Sua cruzada contra a ciência, contra a medicina e contra as vacinas, apesar de ter sido derrotada, já que quase 80% da população desprezou as suas idiotices e se vacinou, fez com que mais de 20% dos brasileiros ficassem sem proteção.

Bolsonaro e o charlatanismo da cloroquina (reprodução)

São cerca de 70 milhões de pessoas que ainda não se imunizaram. E são exatamente esses, que seguiram as ordens do "mito" e que continuam resistindo à vacinação, os que estão sofrendo mais as consequências dos ataques da ômicron. Eles estão sendo as principais vítimas do negacionismo do Planalto.

As pesquisas feitas entre os pacientes graves, internados em UTI, confirmam que seguir Bolsonaro não foi um bom caminho.

Por volta de 90% dos pacientes internados em UTI em Brasília eram de não vacinados, informou a Secretaria de Saúde da capital. Na cidade de Serrana, no interior de São Paulo, onde a população foi vacinada em massa, apesar de ter havido uma elevação recente do número de casos de Covid-19, não houve elevação no número de mortes. É a confirmação cabal da eficácia das vacinas.

No Rio de Janeiro, a prefeitura também fez o levantamento e constatou que 88% dos pacientes graves eram de não vacinados. Dados do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, em Acari, na Zona Norte do Rio, referência no tratamento de Covid-19, mostram que a maioria dos casos de Covid-19 que agrava (mais de 90%) é em não vacinados ou em quem está com a vacinação incompleta.

Esta foi a análise feita pelo diretor do Ronaldo Gazolla, Roberto Rangel. "A ômicron aparentemente tem um menor potencial de levar ao agravamento. Mas observamos que os casos que evoluem para uma maior gravidade são os de não vacinados ou com esquema vacinal incompleto. Muitos deles estão intubados ou à beira de ir para a intubação" afirma o gestor.

A intensivista e cardiologista Ludhmila Hajjar, que foi cotada para assumir o Ministério da Saúde, declarou que atualmente as UTIs (Unidades de Terapia Intensiva) estão lotadas de pacientes não vacinados contra a covid-19 e alertou para os danos da doença entre profissionais da saúde. As UTIs estão atualmente só com casos de Covid entre os não vacinados. Os imunizados dificilmente passam do atendimento ambulatorial", disse ela.

A médica condenou as tentativas, partidas principalmente do governo federal, de afrouxar as medidas de proteção contra a nova variante. "Nesse momento, com o número de infectados em ascensão, com o surgimento de novas variantes, ainda com desigualdade na aplicação das vacinas, eu sou contra abolir uso de máscaras, medidas simples, disponível e efetiva contra a covid-19", acrescentou a infectologista.

Um reportagem recente, feita com médicos da maior UTI de São Paulo, além de confirmar as estatísticas observadas em outras capitais, revelou também que um grande número de pacientes manifestaram arrependimento antes de morrer por não terem tomado a vacina contra a Covid-19. Em Belo Horizonte, a UTI da Santa Casa constatou que 80% dos internados não eram vacinados e muitos deles estavam arrependidos.

"Todos eles, pacientes e familiares, me trazem uma culpa muito grande se questionando o porquê de não terem se vacinado e se a vacina os livraria da internação", conta a psicóloga Daniela Pacheco, entre uma videochamada e outra com familiares de pessoas sob cuidados médicos na UTI.

A população brasileira, que majoritariamente já condenava o comportamento irresponsável de Bolsonaro diante da pandemia, agora está observando essa nova piora do quadro sanitário e constata novamente que o capitão cloroquina insiste em seguir sua cartilha obscurantista contra a ciência. Estes números de mortos, quase todos de não vacinados, que estão de novo subindo aceleradamente em todo o país, serão inevitavelmente colocados na conta da campanha genocida empreendida por Bolsonaro e seus auxiliares.

SÉRGIO CRUZ

Generais apontam rejeição dos militares a Bolsonaro: "não estão fechados com ele"

Os generais Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-secretário-geral da Presidência, e Paulo Chagas afirmaram que os militares vêm as Forças Armadas como órgãos de Estado e não querem atrelar-se ao governo Bolsonaro.

Segundo eles, as Forças Armadas obedecem à Constituição e não há alinhamento automático com Bolsonaro.

"As instituições que compõem as Forças Armadas têm a cultura de cumprir a Constituição, e não existe possibilidade de preferência institucional por qualquer candidato. Individualmente, cada um vota em quem quiser. Não existe essa "continuação" com Bolsonaro nem aproximação com o outro candidato, o ex-presidente Lula. Isso é exclusivamente individual", afirmou Santos Cruz.

Na semana passada, o comandante da Força Aérea Brasileira (FAB), Carlos de Almeida Baptista Junior, declarou que "a FAB não tomará partido" de qualquer candidato a presidente da República. "Bateremos continência para qualquer comandante supremo das Forças Armadas, sempre", assegurou. Ver Prestaremos continência a qualquer que for eleito, afirma o Comandante da FAB

A declaração desagradou Bolsonaro, que quer se esconder atrás das Forças Armadas pela alta rejeição popular ao seu governo e pela sua péssima gestão, seja na pandemia, seja na economia com desemprego, aumento do custo de vida, da fome e da miséria.

O general Paulo Chagas declarou que o comandante da Aeronáutica "soube, com precisão, deixar claro que as instituições são órgãos de Estado, e não de governo, o que significa dizer que, seja quem for o presidente eleito, terá a lealdade constitucional das Forças". "Os militares como cidadãos, em sua maioria, votaram em Bolsonaro em 2018, mas nunca estiveram 'fechados' com ele, como não estiveram 'fechados' com nenhum outro presidente", destacou.

Chagas observa que um "número significativo" de militares ficaram decepcionados com Bolsonaro e que eles não confiarão o voto ao presidente no primeiro turno.

"Essa atitude é de foro íntimo de cada um e não pode ser interpretada como coletiva. Hoje, baseado na minha percepção pessoal e na de outros militares com quem mantenho contato, vejo que há um número significativo de militares que não votará mais em Bolsonaro no 1º turno. Mas, ao mesmo tempo, desconheço quem pense em votar em Lula da Silva tanto no 1º como no 2º turno", disse.

Indiciamentos mofam na gaveta de Aras 100 dias após relatório final da CPI da Covid

A assistente social Paola Falceta costuma ouvir áudios enviados pela mãe que ficaram gravados no celular dela, quase um ano depois da morte da mãe.

Italira Falceta morreu aos 81 anos, vítima da covid-19, em março de 2020. Naquele mês, 13,8 mil pessoas com mais de 80 anos perderam a vida em razão do novo coronavírus, veiculou o jornal *O Estado de S. Paulo*.

De acordo com uma das conclusões do relatório final da CPI da Covid-19 no Senado, deste universo, 3,5 mil idosos poderiam ter sido salvos caso o país não estivesse atrasado na campanha de vacinação. "Essa é a parte mais difícil", afirmou Paola.

Contundente, a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) no Senado indiciou o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), quatro ministros e outras 73 pessoas — além de duas empresas —, por crimes relacionados à pandemia. Mas, passados 100 dias desde a apresentação e aprovação do relatório final da CPI, não há nem sequer um inquérito aberto para investigar o alto escalão do governo Bolsonaro, com base no documento.

LENIÊNCIA

O relatório final foi entregue pelos senadores ao procurador-geral da República, Augusto Aras, dia 27 de outubro, um dia após a aprovação do relatório na CPI. Em 25 de novembro, Aras protocolou 11 petições, que tramitam em segredo de Justiça, relacionadas a Bolsonaro e a ministros. Trata-se de procedimentos preliminares, em que o procurador-geral avalia se vai, ou não, pedir investigação formal.

No Congresso, um clima de desconfiança se instalou entre os senadores da CPI, o que ficou explícito com a recente criação de observatório para acompanhar os desdobramentos do relatório. Os parlamentares temem a "inação" da PGR e da Polícia Federal. "Infelizmente, o PGR [Augusto Aras] não tem se mostrado solícito em relação a essa pauta, retardando de forma injustificada o avanço", disse a senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Essa lentidão se configura como crime de leniência, que nada mais é que o mesmo que lentidão, suavidade ou aquilo que é manso e agradável com aqueles que são protegidos por foro especial ou privilegiado.

Augusto Aras foi escolhido para o cargo por Bolsonaro por fora da lista tríplice organizada pelos procuradores da República. Por lei, Bolsonaro não é obrigado a seguir a lista, mas tornou-se costume os presidentes nomearem o mais votado pelos procuradores.

FORO

A PGR tem pedido o compartilhamento de arquivos com a CPI, entre outros requerimentos ao STF (Supremo Tribunal Federal). No entanto, até agora, nenhum inquérito foi autuado na Corte Suprema para investigar agentes com foro.

Os casos estão com os ministros Dias Toffoli, Rosa Weber, Kassio Nunes Marques, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso e Ricardo Lewandowski. A PGR afirmou que "não é possível fornecer informações adicionais sobre eventuais diligências e o andamento dos casos" ao ser questionada se já pediu abertura de investigação formal. Os ministros não se manifestaram.

Entre os alvos dos procedimentos preliminares no STF, além do presidente da República, estão ministros — Marcelo Queiroga (Saúde), Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência), Braga Netto (Defesa) e Wagner Rosário (Controladoria-Geral da União) —, e parlamentares como o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e os deputados federais Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), Carlos Jordy (PSL-RJ), Ricardo Barros (PP-PR), Bia Kicis (PSL-DF) e Carla Zambelli (PSL-SP).

A negligência na vacinação e o incentivo ao descumprimento de medidas sanitárias são as condutas mais graves atribuídas a Bolsonaro e ministros. Estudos citados no relatório afirmam que entre 120 mil e 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas se não fosse a omissão do governo.

Bananinha ataca engenheiras mas não teve "meritocracia" nem para fritar hambúrgueres

Eduardo Bananinha realmente não gosta de mulheres. Provavelmente, deve ter herdado esse ódio de seu pai, que as agride covardemente sempre que pode. Ele publicou um vídeo em suas redes sociais na quinta-feira (3) livrando os possíveis responsáveis pelo desastre na Marginal Tietê e, de imediato, culpou as engenheiras brasileiras pela abertura da cratera.

"'Procuro sempre contratar mulheres', mas por qual motivo? Homem é pior engenheiro?", indagou o misógino. "Quando a meritocracia dá espaço para uma ideologia sem comprovação científica o resultado não costuma ser o melhor. Escolha sempre o melhor profissional, independente da sua cor, sexo, etnia e etc", disse o banana no vídeo publicado em seu perfil nas redes sociais.

O Instituto de Engenharia divulgou nota de repúdio ao vídeo que "desmoraliza colaboradoras de empresa que atua nas obras da Linha-6 Laranja do Metrô" e o classificou como um "desserviço à sociedade". "É inadmissível que esse tipo de mensagem seja compartilhada por qualquer pessoa. É um desserviço à sociedade, à evolução e um verdadeiro desrespeito e discriminação às profissionais envolvidas, quer engenheiras ou não", afirmou a nota do instituto.

Mesmo a empresa, que é responsável pela obra, respondeu ao ataque misógino com uma nota de repúdio. "A Acciona, como uma empresa que tem o respeito à diversidade como um dos pilares de sua política de ESG, lamenta profundamente o teor dessa videomensagem que circula em redes sociais. A empresa considera o conteúdo misógino e extremamente desrespeitoso com nossas colaboradoras", disse a construtora.

Até a deputada bolsonarista Janaína Paschoal (PSL-SP) criticou a implicância gratuita do débil mental com as mulheres. "Deputado, o sr é pai de menina. Está sendo injusto com as moças. Vamos aguardar apurar responsabilidades. Quer criticar o Dória? É da Política e da Democracia, mas essa postagem é desnecessária. Lembra quando sua esposa foi desrespeitada e exposta no trabalho? Melhor apagar", escreveu Paschoal .

Ele não só se recusou a apagar o vídeo com a agressão gratuita às mulheres como insistiu na estupidez dizendo que a deputada tirou do contexto o que ele havia dito e voltou a argumentar que o que interessa é a "meritocracia" e não o sexo.

Atos pelo país exigem justiça após assassinato de Moïse Kabagambe

Cidades brasileiras foram palco de protestos em repúdio ao cruel assassinato do refugiado congolês atrás de um quiosque na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro

O Brasil registrou protestos em várias cidades, neste sábado (5), para pedir justiça pela morte do jovem congolês Moïse Kabagambe, de 24 anos.

O congolês foi espancando até a morte no último dia 24 em frente a um quiosque na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Três pessoas foram presas acusadas do crime.

No Rio de Janeiro, centenas de pessoas se reuniram em frente ao quiosque Tropicália, onde o assassinato aconteceu. De lá, os manifestantes seguiram em uma passeata pela orla. Ao microfone, um manifestante negro puxou o grito "parem de nos matar". Imigrantes africanos também participaram do protesto e encenaram o assassinato de Moïse, espancado com um taco de beisebol.

"Obrigada por vocês estarem aqui por Moïse, vamos continuar lutando. Só quero Justiça pelo meu filho", disse a mãe de Moïse Mugenyi, Ivana Lay, presente no ato na Barra da Tijuca.

O advogado da família, Rodrigo Mondego, reclamou que ainda não teve acesso ao inquérito policial. "Tudo o que a gente teve acesso foi pela imprensa. Pelo que a gente viu até agora, existe a possibilidade real de haver mais pessoas envolvidas [no assassinato], além dos três que foram presos. Teve gente que ajudou a amarrar ele", falou Mondego.

"Viemos para o Brasil para trabalhar, somar com o povo brasileiro. Não viemos para roubar, matar, mas sim para conquistar os nossos sonhos. Mas o sonho de Moïse foi interrompido", lamentou Domingos Elicayas, representante da Comunidade Africana no Rio de Janeiro.

Em certo momento, um grupo com dezenas de imigrantes percorreu a Avenida Lúcio Costa cumprindo a tradição africana em momentos de luto. "É assim que nós da África choramos, com alegria e tristeza. O Moïse era uma pessoa muito alegre, e nós estamos aqui com muita força gritando e lamentando por ele. Ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém, independentemente de qualquer coisa. De certa forma, esta dança representa a alegria de Moïse", declarou Lecticia Canda, imigrante da Angola.

Diretor da Frente Nacional Antirracista, Geraldo Henrique afirma que a entidade 'vai enfrentar toda e qualquer injustiça contra o povo preto', "O grande propósito deste ato é mostrar como o povo negro está unido para garantir nossa segurança e que iremos lutar quando houver racismo, xenofobia ou qualquer tipo de criminalidade que possa afetar a comunidade preta brasileira".

Em São Paulo, manifestantes se reuniram no Vão Livre do Masp, na Avenida Paulista. Por volta de 10h15, o ato chegou a ocupar três pistas da via.

Os manifestantes pedem "justiça" pela morte do congolês, recitam poesias africanas e conversam sobre as dificuldades que os imigrantes enfrentam ao chegarem ao Brasil, pedindo mais apoio do governo.

"Momento de barbaridade no nosso país. Infelizmente vivemos mais uma vez em uma situação como essa. Um país que era pra ser acolhedor. Um país que foi construído pelas mãos do povo preto. Nosso país foi construído pelos africanos e, infelizmente, mais um africano morre no nosso solo. Mais uma vez escorre no asfalto sangue do nosso povo africano", afirmou Gabriel Oliveira, diretor da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP).

O jovem estudante criticou ainda o aumento dos casos de racismo e violência após a eleição de Bolsonaro. "Infelizmente temos o maior racista do nosso país sentado na cadeira da Presidência, de onde incentiva e cria muitos e muitos grupos supremacistas brancos tentando matar o nosso povo. Nosso povo preto não tem mais liberdade de ir pra rua, nosso povo preto morre ao ir na padaria comprar um pão".

"Nós erguemos esse país. O sangue preto está nesse país. E é com as nossas mentes que vamos revolucionar esse país. É com a nossa mente que a gente vai fazer a mudança. É com a nossa mente que a gente vai emancipar esse país e daqui pra frente eles que se segurem porque o povo preto está unido, povo preto está na rua e o povo preto que vai conquistar a liberdade desse país. Viva a África! Justiça! Justiça! Justiça!", destacou Gabriel.

Presente no ato de São Paulo, o deputado federal Orlando Silva (PCdoB) criticou a ação policial após o assassinato de Moïse. "Nós vimos que a polícia não foi investigar o assassinato de Moise. A polícia foi proteger o quiosque de um assassino! E nós queremos saber da punição de todos aqueles que assassinaram Moïse, mas queremos a punição de quem mandou matar Moïse. É muito importante que esse ato repercuta no Brasil inteiro e que a gente possa dar passos largos na garantia de direitos para os imigrantes", disse o deputado.

"Há 5 anos atrás eu escrevi a lei de imigração, nós aprovamos na Câmara dos Deputados, acabando com o estatuto do estrangeiro e não foi por acaso, a ideia é do estrangeiro traz consigo a intolerância daqueles que não reconhecem a semelhança dos nossos irmãos, que ajudaram a construir o Brasil, usaram a política de imigração no Brasil pra tentar embranquecer esse país, séculos atrás, mas o povo negro desde sempre é parte, é raiz, é o passado, é o presente e o povo negro também, é futuro! O povo africano e os negros nascidos aqui. Justiça por Moïse!", ressaltou.

Em Brasília, o protesto ocorreu em frente ao Itamaraty, na Esplanada dos Ministérios e manifestantes usaram tinta vermelha para encenar o derramamento de "sangue negro". Já em Salvador, manifestantes se reuniram no Largo do Pelourinho e contou com a presença do Olodum.

O ato foi organizado pela "Coalizão Negra por Direitos" e outras 19 entidades. Os participantes se reuniram no Largo do Pelourinho, no Centro Histórico da capital baiana, por volta das 10h, e dispersaram às 12h30. Entre os grupos que marcaram presença do protesto estavam o Olodum, a banda Didá e o Ilê Aiyê Músicos que rufaram tambores e usaram a música de origem africana para prestar homenagem ao congolês, em sinal de luto.

Em Belo Horizonte, o ato ocorreu na Praça Sete, centro da capital mineira.

Na capital do Maranhão, o ato foi na Praça Deodoro, área central. E em Belo Horizonte, os manifestantes se reuniram na Praça Sete, no Centro, e saíram em passeata até a Praça Raul Soares.

Em Porto Alegre, o ato 'Justiça por Moise' foi realizado nos Arcos da Redenção. Vários representantes dos imigrantes africanos e do Haiti falaram à população. Bamba Toure, do Senegal, pediu um minuto de silêncio e depois discursou: "Está todo mundo abalado com essa situação, e eu espero que a gente tenha sabedoria para dar continuidade a essa mobilização, com encaminhamentos práticos deste encontro, que envolvam o compromisso dos entes de justiça em relação aos vários casos de violência, xenofobia, letalidade das forças de segurança. Precisamos de ferramentas para enfrentar esse cotidiano extremamente duro", afirmou. Ele classificou a violência contra Moïse como colonial e racista. "Somos vítimas de uma guerra racial de altíssima intensidade", concluiu.

A prefeitura do Rio anunciou hoje que vai transformar os quiosque Tropicália e Biruta em um memorial em homenagem às culturas congolesa e africana. De acordo com a Secretaria Municipal de Fazenda, a gestão de um dos quiosques será oferecida aos familiares de Moïse.

Reprodução/Twitter

Manifestantes arrancaram a placa do quiosque "Tropicália", na Barra da Tijuca, onde Moïse Kabagambe, de 24 anos foi covardemente assassinado

Soraya Santos/JPL

Ato por Justiça para Moïse em São Paulo foi realizado no Vão Livre do MASP

Desmatamento na Amazônia aumenta 56% e atinge patamar alarmante no governo Bolsonaro

O desmatamento na Amazônia atingiu um novo e alarmante patamar nos últimos três anos. Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) a derrubada de árvores no bioma foi 56,6% maior entre agosto de 2018 e julho de 2021 que no mesmo período de 2015 a 2018 – algo visto somente antes de 2008. Os números são resultados de um novo estudo do Ipam divulgado na quarta-feira (2).

A escalada da destruição ficou evidente ainda no segundo semestre de 2018, como consequência da eleição de Jair Bolsonaro naquele ano. Pesquisadoras estimam que o efeito tende a se repetir em 2022. "Constatado ainda no segundo semestre de 2018, esse aumento reflete as eleições daquele ano, que funcionaram como estímulo para o avanço da derrubada de florestas, corroborando a relação positiva entre eleições e desmatamento", diz trecho do estudo.

A pesquisadora Ane Alencar destaca o ritmo acelerado da devastação. "Estamos subindo degraus rápido demais quanto à destruição da Amazônia e não podemos nos acostumar com isso. Quando olhamos para os números dos últimos três anos, fica claro o retrocesso daquilo que o Brasil foi um dia. Seguimos um caminho totalmente oposto às atitudes que o planeta precisa, com urgência, neste momento", diz Alencar, que é diretora de Ciência no Ipam e principal autora do estudo. "Sabemos como fazer isso, já derrubamos o desmatamento antes", prossegue.

O texto aponta que mais da metade (51%) do desmatamento do último triênio ocorreu em terras públicas, principalmente (83%) em áreas de domínio federal. Em números absolutos, Florestas Públicas Não Destinadas foram as mais atingidas, com alta de 85% na área desmatada, passando de 1.743 km² derrubados anualmente para mais de 3.228 km². No último ano, essa categoria de floresta pública concentrou um terço de todo o desmatamento no bioma.

DESMONTE DA FISCALIZAÇÃO

O levantamento aponta como causas da destruição medidas como: o enfraquecimento da governança ambiental, decorrente dos cortes orçamentários nas instituições responsáveis pela fiscalização; as substituições de diretores e de chefes de operação exitosas do Ibama e as alterações no processo de autuação e de afrouxamento das penalidades aos infratores ambientais. O documento cita também a desmobilização das instâncias governamentais e de participação social nas políticas públicas, além da desarticulação institucional nas operações de comando e controle do Exército Brasileiro para realizar a fiscalização.

Proporcionalmente à área dos territórios, Terras Indígenas (TIs) tiveram alta de 153% em média no desmatamento comparado do último triênio (1.255 km²) para o anterior (496 km²). Já o desmatamento em Unidades de Conservação (UCs) teve aumento proporcional de 63,7%, com 3.595 km² derrubados no último triênio contra 2.195 km² nos três anos anteriores.

"Esse desmatamento na Amazônia, em geral especulativo com a finalidade da apropriação ilegal de terras, é a maior causa da perda de florestas na região desde 2019", explica o documento. "Os principais alvos dos especuladores de terra têm sido as Florestas Públicas Não Destinadas de domínio do governo federal, com fortes indícios de grilagem e de interesse em exploração ilegal madeireira", afirma o texto.

Apesar de uma porção considerável do desmatamento se localizar em terras públicas, principalmente federais, as políticas ambientais na região amazônica exigem ações integradas entre todos os entes federativos e privados, defende o texto. "As responsabilidades de atuação dos governos federal, estaduais e municipais, bem como da iniciativa privada na tomada de decisão pelo uso do solo tanto em terras públicas como em áreas privadas, são peças fundamentais para melhor planejamento e priorização de ações de comando e controle, a partir das áreas mais críticas que demandam ações urgentes", justifica o documento.

As análises foram feitas utilizando os dados do programa anual PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite), do Inpe. Assim foi possível identificar quais os principais focos de atenção dos Estados do bioma Amazônia para o combate ao desmatamento, além de apontar áreas críticas nas quais ações de comando e controle deveriam ser intensificadas.

A divisa Amacro, entre Amazonas, Acre e Rondônia é uma das regiões mais impactadas citada no levantamento, caracterizada como a nova fronteira do desmatamento do bioma. O Amazonas, passou, inclusive, da terceira para a segunda categoria como o Estado que mais desmatou na Amazônia. É superado apenas pelo Pará, Estado onde se concentram as áreas mais afetadas em termos de destruição de floresta, posição que mantém desde 2017.

Greenpeace

Durante o governo Bolsonaro, o desmatamento nas terras indígenas da Amazônia cresceu 153%

Obra foi inundada após o 'tatuzão' da Acciona romper tubulação de esgoto

Múlti Acciona causou o desabamento na Linha 6 do Metrô-SP, denunciam trabalhadores da Sabesp

Entidades representativas dos trabalhadores da Sabesp, entre outros sindicatos e associações, divulgaram uma nota em que repudiam a tentativa de autoridades e de partes envolvidas no desabamento ocorrido na obra do Metrô em São Paulo, no dia 1º de fevereiro, de responsabilizar a Sabesp pelo ocorrido.

Segundo as entidades, "a raiz da ocorrência não é o interceptor da Sabesp", como tentam fazer parecer "representantes do estado e da Acciona (empresa espanhola responsável pela obra), mas sim a escavação do túnel da Linha 6 a pequena distância do interceptor em operação, agravada pela ausência de medidas preventivas para estabilização do solo no entorno, em absoluta divergência com as práticas adotadas há várias décadas em obras supervisionadas pelo Metrô-SP".

A nota das entidades, repleta de considerações técnicas em que explicam os procedimentos adotados pelo Metrô-SP e a Sabesp em obras de tamanha envergadura desde a implantação do primeiro metrô na cidade, a há mais de 50 anos, considera que, neste caso, o ocorrido é tão somente de responsabilidade do consórcio multinacional Acciona, que não seguiu regras básicas de segurança na obra do Metrô.

"A exposição pública da SABESP como causadora do surgimento da cratera é absolutamente equivocada, é uma fake news que desconsidera a sua excelência amplamente reconhecida, nacional e internacionalmente. É uma tentativa de colar uma pecha negativa à imagem da SABESP que serve apenas à sustentação do discurso de desqualificação de uma empresa pública, para escamotear a deficiência de um empreendimento cujo maior objetivo é a geração de lucro", denunciam as entidades.

As entidades reiteram a larga experiência da Sabesp na execução e operação de tubulações desse porte e afirmam que, ainda, "sofrendo as consequências dos danos causados por terceiros, está direcionando esforços para minimizar as consequências ambientais"."Não sabemos ainda se a ocorrência se deve à incompetência, à urgência, à ganância ou à omissão, ou à associação desses fatores", diz a nota, afirmando, "sabemos sim que a SABESP, a população paulista e o Rio Tietê são vítimas de uma ação cuja origem é a obra executada pela PPP da Linha 6, capitaneada pela empresa Acciona".

"Obviamente haverá investigação dessa ocorrência por especialistas de solo e de estruturas que avaliarão as suas causas de forma isenta e criteriosa. A engenharia nacional é bastante qualificada para tanto, desde que a isenção e a imparcialidade não sejam subjugadas aos interesses das partes envolvidas, tal como se deu nos crimes de Brumadinho e Mariana", afirmam.

Assinam a nota a AAPS (Associação dos Aposentados e Pensionistas da Sabesp), a APU (Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp), o SASP (Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo), o SINTAEMA (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo), e o SINTIUS URBANITÁRIOS (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira).

Deportados, brasileiros chegam algemados e sem comida nos voos vindos dos Estados Unidos

Na última semana, ao menos 380 brasileiros deportados dos Estados Unidos chegaram ao Brasil. No último sábado (5), um grupo de 187 brasileiros desembarcou no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, Minas Gerais. Na última sexta-feira (4), outros dois voos chegaram trazendo 193 brasileiros que estavam ilegais naquele país, totalizando ao todo 380.

Somente neste início de ano, 877 brasileiros foram deportados dos EUA para o Brasil. Desde outubro de 2019, quando o tratamento a imigrantes ilegais foi alterado no governo Trump e aceito pelo governo Bolsonaro, já são 54 voos.

A chegada do primeiro voo naquele ano marcou a retomada de uma medida que não era aceita pelo Brasil desde 2006. Mesmo com Joe Biden no governo, a situação não mudou. Os brasileiros deportados pelos EUA na última semana estavam presos no estado do Texas. Segundo os relatos, eles ficaram algemados durante todo o trajeto.

Eles desembarcaram só com a roupa do corpo, todos com camisas de malha pretas e moletons amarelos e cinzas, que receberam do governo estadunidense. Carregavam sacolas plásticas com água e comida que ganharam no aeroporto, sendo que antes disso, estavam sem comida, além de mantas e documentos. O restante da bagagem foi confiscada pelo governo dos EUA. Havia também muitas crianças, algumas de colo.

Segundo os relatos dos brasileiros, o descaso que ocorreu denota cenas de um pesadelo, além dos maus-tratos, falta de banho, comida e, principalmente, falta de assistência às crianças e adolescentes pelos agentes norte-americanos.

"Crianças vomitavam, estavam recebendo só maçã, suco e burritos, que era uma massa que elas passavam mal. Os banheiros tinham um metro de altura, todo mundo usava junto", conta um homem, de Betim (MG), que pagaria R$ 90 mil para um coiote se conseguisse permanecer nos EUA.

Centrais condenam 'famigerado tripé macroeconômico' em plenária inédita

Em plenária nacional realizada pelas centrais sindicais, no último dia 27, mais de 200 dirigentes sindicais condenaram de forma inédita e explícita o dogma do neoliberalismo: "o tripé macroeconômico".

De acordo com a carta unitária aprovada, "sabemos que a retomada do crescimento econômico, baseada em uma política desenvolvimentista que resgate a capacidade de investimento do Estado, precisa romper com o famigerado tripé macroeconômico neoliberal: câmbio flutuante, juros altos, metas inflacionárias subestimadas e superávit primário. Se impõe também uma corajosa política de taxação das grandes fortunas, tributação do capital rentista e revisão da tabela de imposto de renda que incide sobre os salários". E segue: "Outro entulho neoliberal que precisa ser removido é a Lei Kandir que anistia o agronegócio com isenções fiscais nas operações de exportação. Sem essas medidas não teremos os recursos necessários para financiar um novo ciclo desenvolvimento e de políticas públicas inclusivas".

A plenária, realizada de forma virtual, faz parte do Fórum Social das Resistências 2022 (FSR2022). A carta unitária foi referendada, divulgada neste domingo e lançada sob desígnio de construir "uma frente programática para as eleições de 2022 e derrotar Bolsonaro".

Segundo a carta, a pandemia agravou ainda mais a economia brasileira. O PIB caiu 4,1%, encerrando a década iniciada em 2011 com declínio anual do produto per capita de 0,6%, de acordo com a FGV. O pior desempenho em 120 anos. Estima-se que mais de 7 milhões de postos de trabalho foram destruídos e quase a metade da população em idade ativa (49%) não encontra ocupação. O exército de desempregados, desalentados e subocupados ronda 29 milhões de pessoas.

O encontro teve como palestrantes Clemente Ganz Lúcio, sociólogo e assessor do Fórum das Centrais Sindicais e Altamiro Borges (Miro), jornalista e presidente do Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé.

Para Clemente, "o sistema produtivo nacional foi completamente destruído por um modelo econômico que prioriza o rentismo e o neoliberalismo. É uma situação de calamidade semelhante à de um país destroçado por uma guerra. O projeto de reconstrução nacional deve primar pela proteção laboral", destacou. Também apontou a importância do processo eleitoral. "2022 é um ano fundamental. Temos a tarefa de convencer a sociedade para que façam uma outra escolha, para que a sociedade possa se transformar numa sociedade desenvolvida".

Para Altamiro Borges são fundamentais os movimentos que o ex-presidente Lula vem fazendo em busca de uma unidade que contemple setores amplos da sociedade, e que caberá à Classe Trabalhadora ser protagonista e levar adiante esse processo histórico. Segundo Miro, como é conhecido, "mais do que nunca, o sindicalismo precisa fazer política de classe. "2022 será o ano da política. Será o ano da batalha da barbárie contra a civilização, do fascismo contra a democracia".

Segundo Guiomar Vidor, presidente da CTB/RS, "a Plenária de Convergência, organizada pelas centrais sindicais, demostrou a disposição de unidade e luta da classe trabalhadora na construção de um projeto de reconstrução nacional, para garantir o desenvolvimento econômico, a geração de empregos, a distribuição de renda, a democracia e o reestabelecimento dos direitos retirados pelos governos de Temer e Bolsonaro".

Para o presidente da CUT-RS, Amarildo Cenci, o documento tem como propósito entender qual é o "nosso lugar neste momento da história". Conforme destacou o dirigente, o texto visa a unidade numa frente de luta com eixos centrais, com a centralidade no mundo do trabalho e do trabalhador, seja ele formal, seja ele informal. "Precisamos ter a perspectiva de incluir esses milhões de precarizados. Não podemos perder isso de vista", destacou.

Adilson Araújo, presidente nacional da CTB, afirmou que os sindicalistas precisam ocupar espaços de opinião para além das redes sociais e envolverem-se de maneira muito forte em todo o processo eleitoral deste ano, apresentando candidaturas, formando comitês de campanha, debatendo a situação nacional nas igrejas, nas associações de bairro e, principalmente, nos locais de trabalho. Concluiu destacando a necessidade urgente de realização da CONCLAT (convocada pelas centrais para 11 e 12 de abril) de modo que o conjunto das entidades sindicais possam construir a unidade necessária para enfrentar esse enorme desafio que é a reconstrução do Brasil.

Segundo o presidente nacional da CUT, Sergio Nobre, as eleições desse ano podem definir o que será do país nos próximos 20 anos. "Se a gente vencer é a nossa oportunidade de ressuscitar o Brasil e retomar o caminho do desenvolvimento. Avançar para uma sociedade organizada, com sindicatos fortes. Não vai ser uma batalha fácil. Não é só ganhar o governo. É preciso ter uma base forte organizada para avançar", advertiu. Esse é o ano da nossa vida. Não tem tarefa mais importante para a classe trabalhadora do que derrotar o Bolsonaro", destacou Sérgio Nobre.

GM apadrinha sindicato por empresa no México em prol de arrocho e lucro

A General Motors saudou efusivamente a criação de um sindicato "livre" em sua fábrica de 5 mil trabalhadores.

Em declaração oficial, a GM considerou que "foi um exercício democrático sem precedentes". A iniciativa contou com o apoio do sindicato americano UAW (United Auto Workers), que "parabenizou os trabalhadores da GM de Silao "por formarem um sindicato livre". No comunicado, elogios ao governo norte-americano e à USTR (United States Trade Representative) por garantirem uma nova era de "sindicatos livres".

Carlos Capistrán, funcionário e economista do Bank of American Securities, declarou que o que acontece na GM vai determinar a dinâmica do mercado de trabalho no México por muitos anos.

Na linguagem das montadoras norte-americanas no México, que movimentam bilhões de dólares pela proximidade do país com o mercado dos EUA, isso quer dizer mais arrocho nos direitos trabalhistas e nos salários em toda a indústria do país.

João Carlos Juruna, líder metalúrgico e secretário-geral da Força Sindical, considera que "ir ao México e defender organização de sindicato por empresa vai contra nossa experiência de sindicatos por categoria profissional". Para ele, "ir articulado com o sindicato americano é um contrassenso".

"É preciso respeitar a autodeterminação dos trabalhadores mexicanos como um todo e não de uma empresa em particular, por maior ou mais poderosa que ela seja. Discordo da intervenção americana, tanto do sindicalismo americano como o acordo entre governos americano e mexicano em construir sindicatos por empresa", declarou.

PEREIRA

Bolsonaro afronta servidores e diz que não haverá reajuste salarial

Reprodução/Record TV

Na TV, Bolsonaro prometeu reajuste pra quando não for mais presidente

Governo voltou a afirmar que servidores ficarão sem reajuste, e entidades reagem

Bolsonaro voltou a dizer que os servidores públicos federais só terão reajuste salarial em 2023, assim como no último final de semana, também afirmou que as carreiras de segurança pública não terão o prometido aumento este ano.

Acuado pelas manifestações dos servidores públicos federais e a ameaça de greve geral em março, e pelos policiais federais, cujas lideranças já afirmaram que caso ele não cumpra a promessa de reajuste, a categoria vai entender isso como "traição", o aceno de reestruturação das carreiras para o ano que vem é mais uma engabelação de Bolsonaro.

"Tendo em vista que nós devemos ter uma excelente arrecadação no corrente ano por ocasião da feitura do orçamento para 23, nós vamos atender um percentual bastante razoável para todos os servidores públicos do Brasil", afirmou Bolsonaro em entrevista à Record TV, na segunda-feira (31).

Bolsonaro quer, com mais essa promessa, tentar amainar os ânimos dos servidores, mas, conforme uma alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal, feita no seu próprio governo, é proibido qualquer ato que resulte em aumento da despesa de pessoal após o fim de um mandato, isso mesmo que o mandatário se reeleja.

Como sempre, sem nenhum compromisso com a verdade, Bolsonaro disse em uma entrevista na Rádio Jovem Pan, no dia 19, que conversou "com o pessoal sobre o Orçamento para o ano que vem".

"Sei que está bastante longe ainda, mas, por ocasião da feitura do mesmo, obviamente que os servidores serão contemplados com o reajuste salarial merecido", disse.

"O presidente não pode propor isso, até porque o Orçamento de 2023 quem vai orientar é o próximo governo. A Câmara e o Senado não vão aprovar nada que seja complicador para a próxima gestão, que pode ser ele mesmo (Bolsonaro). Ele pode até encaminhar, mas ele vai ter que arranjar brecha no orçamento e na lei. Não pode aumentar antes nem depois, tem um prazo", afirmou o deputado Hildo Rocha (MDB-MA).

No entanto, para as lideranças do movimento dos servidores públicos que reivindicam recomposição salarial em 2022, como o Auditor Federal de Finanças e Controle, Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical, "falta apenas vontade política para a recomposição das perdas inflacionárias, pois recursos existem".

Para o presidente do Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, "reajuste em 2023 é uma promessa irrealizável. E vai reforçar a indignação dos servidores que forem preteridos na recomposição salarial".

Fonasefe

Sindicatos rebatem proposta de reajuste só em benefícios: "O que precisamos é de reposição"

Servidores aposentados e dirigentes de entidades representativas do funcionalismo federal rechaçaram a proposta que está em estudo pelo governo, de tentar paralisar o movimento generalizado da categoria por reajuste salarial, dando, em troca, aumento em benefícios como vale-alimentação e auxílio-transporte.

A ideia gerou indignação principalmente nos servidores inativos, que ficariam sem reajuste nos vencimentos e sem essa compensação, já que não têm direito a esses tipos de auxílio.

"Os benefícios que eles pretendem reajustar não nos atendem de forma nenhuma. Não temos auxílio-alimentação, auxílio-transporte, nada disso. Aumentar isso não significa atender aposentados e pensionistas", afirmou em entrevista à Folha de São Paulo o presidente do Mosap (Movimento Nacional de Servidores Aposentados e Pensionistas), Edison Guilherme Haubert.

Conforme o que vem sendo aventado pelo governo, a estratégia seria usar para este fim o R$ 1,7 bilhão do Orçamento, que inicialmente estava reservado por Bolsonaro para reajustar o salário dos policiais.

A medida tenta amenizar os efeitos da política de reajuste zero aos servidores, contemplando apenas uma categoria do funcionalismo, o que acabou liberando um descontentamento recorde entre os demais setores, que se organizam para uma greve geral no início de março. No entanto, a proposta já vem sendo repudiada pelos servidores.

"O que precisamos mesmo é de reposição. Somos a favor que a polícia tenha, mas dentro do princípio isonômico. Se conceder para uma categoria, tem que conceder o mesmo para as demais", diz Haubert.

Rudinei Marques, presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), também é contra essa troca que o governo pretende, de reajustar benefícios em vez de salários.

"Temos de recompor as perdas inflacionárias, ao menos em parte, que já passam de 28%. Além disso, mais da metade dos servidores são aposentados, que não recebem esses benefícios", afirma.

Outra categoria que se manifestou contrária à proposta é a dos servidores do Banco Central, que, inclusive, já está com uma paralisação de quatro horas marcada para a próxima quarta-feira (9), por reajuste salarial e reestruturação de carreira.

Para o presidente do Sinal (sindicato dos servidores do Banco Central), Fábio Faid, "os benefícios são muito pequenos e podem ser retirados a qualquer momento por decreto do presidente. Nossa necessidade é de salários e a gente acha que, mesmo dando um benefício ou um aumento do auxílio-alimentação para um ou outro, o reajuste dos policiais está garantido", afirma.

"Não faz sentido policial ter reajuste e outras carreiras que entregam, com produtividade, eficiência e excelência como o BC, não tenham reajuste", diz Faiad.

O coordenador do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), Sérgio Ronaldo da Silva, disse que o governo "está achando que está em um pesque pague".

"Ele está jogando seu anzol em águas turvas, porque todo dia sai com uma ideia assim, testando o conjunto dos servidores para ver qual é a onda em que o servidor vai embarcar com a sua prancha de surfe".

Segundo ele, o governo precisa dar tratamento isonômico para o conjunto dos 1,2 milhão de servidores.

"Que ele instale uma mesa de negociação, coloque os nossos pontos, nossos pleitos na mesa e que nos dê uma resposta oficial", disse. "Não que fique nos testando. Estamos unidos", disse.

HP — CHARGE DO ÉTON

Juízes do Trabalho alertam contra MP que precariza vagas de trabalho

Após mais uma Medida Provisória (MP) do governo Bolsonaro que precariza a entrada de jovens no mercado de trabalho, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) afirmou, em ofício ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que o texto é inconstitucional e pediu a rejeição e devolução da matéria.

A MP 1099, publicada na sexta-feira (28), cria o Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário e o Programa Portas Abertas. O serviço voluntário previsto pela MP tem duração prevista até 31 de dezembro deste ano e é mais uma tentativa de submeter jovens de 18 a 29 anos, e trabalhadores acima dos 50 anos, a vagas com direitos reduzidos e, portanto, precarizados.

Desta vez, a oferta de vagas de trabalho é em Prefeituras e cursos de qualificação pelo "Sistema S" para pessoas nessas faixas etárias que estão desempregados há mais de dois anos.

Para a Anamatra, denominar o programa como serviço voluntário causa uma estranheza. "É de fácil constatação que, ao menos na perspectiva dos pretensos beneficiários, não há de se falar em prestação de serviço voluntário, nos termos como disciplinado na Lei nº. 9.608/1998", destaca a entidade no ofício.

A MP, entre outras medidas, permite que Prefeituras contratem trabalhadores de forma temporária, sem carteira assinada e com remuneração de R$ 5,51 por hora, em uma carga horária máxima de 22 horas semanais (8 diárias). A Lei dos estágios (9.608/98), porém, define serviço voluntário como "a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa".

Segundo a Anamatra, a Constituição Federal permite o vínculo jurídico com a Administração Pública, em qualquer nível, somente nas hipóteses de investidura em cargo ou emprego público, criados por lei, e mediante aprovação prévia em certame público de provas ou provas e títulos; cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração ou mediante contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, II e IX). "Em vista da dicção constitucional vigente não há previsão de vínculo jurídico para prestação de serviços nos moldes definidos na aludida Medida Provisória, o que reveste a proposição da insuperável inconstitucionalidade", esclarece.

DIREITOS

As centrais sindicais também se manifestaram contra a MP, em nota conjunta, afirmando que a medida "não passa de nova manobra do governo Bolsonaro para retirar ainda mais direitos".

"Através da MP, o governo simula enfrentar o desemprego incentivando as contratações precarizadas e com baixa remuneração pelas Prefeituras. Mais um golpe contra a classe trabalhadora", diz a nota.

As centrais lembram que o desemprego, o desalento, a inatividade e a subocupação já atingem a marca de 29 milhões de brasileiros. "A taxa de informalidade passa de 43%, segundo a última publicação do IBGE e a MP 1099, ao invés de criar empregos decentes, fomentar o desenvolvimento pleno e soberano, investir em infraestrutura e serviços de qualidade, aponta para o aprofundamento deste cenário", afirmam as centrais.

A nota alerta que a proposta contém, inclusive, conteúdo já derrotado no mérito da MP 1045 que continha conteúdo semelhante. "Propomos que o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, realize a imediata devolução desta nova medida precarizante. Refutaremos toda e qualquer tentativa do governo Bolsonaro de prejudicar os trabalhadores, que já sofreram tanto nesta gestão", conclui a nota.

HP 9 A 15 DE FEVEREIRO DE 2022

EUA: mortes por Covid passam de 900 mil e os não vacinados são maioria de internações e óbitos

O total de mortes por Covid nos Estados Unidos atingiu a marca dos 900 mil na sexta-feira (4), segundo dados da Universidade Johns Hopkins – o que corresponde a mais do que toda a população de São Francisco -, apesar de toda a crença de que a variante Ômicron seria mais 'benigna'. Foram 3.895 mortes em 24 horas, elevando a média de sete dias para 2.656, de acordo com a contagem da Newsnodes.

Segundo o jornal The New York Times, pessoas não vacinadas constituem a imensa maioria dos pacientes hospitalizados e dos mortos.

Por todas as estimativas, espera-se que os EUA ultrapassem um milhão de casos antes do final de março, se o ritmo atual de mortes continuar. Só em janeiro, mais de 60 mil norte-americanos morreram.

Sob o triplo açoite do negacionismo, da falta de um sistema público de saúde e da ineficácia dos governos federal, estaduais e municipais, a cada meia hora 55 norte-americanos estão morrendo de coronavírus, quase 2.700 ao dia.

A taxa de mortos por Covid-19 – assinalou o NYT – "subiu 30% em duas semanas" e "já se foi a esperança de que a onda da assim dita menos severa variante Ômicron pouparia os EUA da dor das ondas passadas".

Agora, acrescenta o jornal, as mortes ultrapassaram "os piores dias do surto de outono da variante Delta, e são mais de dois terços do número recorde do inverno passado, quando as vacinas estavam praticamente indisponíveis".

Como as mortes por Covid-19 sob o governo Biden já superam as sob o governo Trump, não dá para colocar tudo exclusivamente na conta do negacionismo e há que se levar em conta fatores adicionais para o desastre, como a insuficiente testagem e rastreamento de contágios, a privatização extremada do sistema de saúde, a falta de democracia e a incompetência e incúria.

A média de novos casos de Covid nos EUA é de 356.658, de acordo com a Johns Hopkins; com os casos tendo caído 38% desde a semana passada. São 122.627 as pessoas hospitalizadas atualmente com Covid-19 nos EUA.

Pouco mais de um quarto (26,8%) da população total dos EUA está totalmente vacinada e recebeu uma dose de reforço, de acordo com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA. Cerca de 64% recebeu pelo menos as duas primeiras doses.

"ASSOMBROSAMENTE ALTAS"

"As taxas de morte são tão altas nos Estados Unidos – assombrosamente altas", disse Devi Sridhar, chefe do programa de Saúde Pública da Universidade de Edimburgo, na Escócia, que tem apoiado a amenização das regras antiepidêmicas em partes da Grã Bretanha. "Os EUA se atrasaram".

Sob Biden, os EUA mantiveram a triste condição de recordista mundial de contágios e de mortes pela Covid-19.

Se na comparação com a China – da política de tolerância zero à Covid, testagem de massa, rastreamento de contatos, bloqueios direcionados e vacinação -, o resultado dos EUA diante da pandemia nem dá para começo (2 mortos em 2021 na China, contra 470 mil nos EUA, o que alguém ironizou como "um vírus, dois sistemas"), mesmo no confronto com outros países ricos, especialmente os europeus, os EUA também ficaram bem para trás.

Conforme o NYT, os EUA falharam em vacinar tantas pessoas quanto outras nações ricas. Crucialmente, a taxa de vacinação para as pessoas mais idosas também fica atrás de certas nações europeias.

Falharam também nas doses de reforço, deixando grande número de pessoas vulneráveis com proteção precária conforme a Ômicron varria o país.

Apesar de ter começado a vacinação meses mais cedo que outros países como Japão, Canadá e Austrália, uma parcela menor de pessoas nos EUA está agora totalmente vacinada.

Em doses de reforço, ficou atrás da Bélgica, Grã Bretanha, Alemanha, Holanda, França, Canadá, Suécia e Austrália.

LANTERNA ENTRE OS PAÍSES RICOS

Desde 1º de dezembro, quando foi anunciado o primeiro caso de Ômicron nos EUA, a parcela de americanos que foi morta pelo coronavírus é pelo menos 63% maior do que em qualquer dessas nações grandes e ricas, segundo esse levantamento.

Nos meses recentes, os EUA ultrapassaram a Grã Bretanha e a Bélgica a ter, entre as nações ricas, a maior parcela de sua população que morreu de Covid na pandemia.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Olimpíadas de Inverno têm início em Pequim com equipes de 90 países

François-Xavier Marit/AFP

Estádio Ninho de Pássaro tomado por efeitos de luz e fogos na abertura

"Hoje a China é um país de esportes de inverno. Mais de 300 milhões os praticam", afirmou o presidente do COI, Thomas Bach, ao saudar a abertura dos jogos

Em uma cerimônia de abertura marcada pela beleza e por efeitos de luz no estádio Ninho do Pássaro, as Olimpíadas de Inverno Pequim 2022 – a 24ª edição – tiveram início nesta sexta-feira (4), unindo o espírito olímpico e o congraçamento de atletas e povos, mas sob os mais rígidos protocolos sanitários já vistos, em razão da pandemia.

É o mesmo local da abertura das Olimpíadas de 2008, e Pequim se torna a única cidade do mundo a sediar ambos os jogos de verão e de inverno. Nos próximos 16 dias, cerca de 2.900 atletas competirão em 109 eventos de 15 modalidades em sete esportes.

Delegações de mais de 90 países e regiões participaram da cerimônia, juntamente com líderes mundiais, incluindo o presidente russo Vladimir Putin, o presidente sérvio Aleksandar Vucic, o presidente argentino Alberto Fernández e o secretário-geral da ONU Antonio Guterres.

Em seu discurso, ao lado do presidente chinês Xi Jinping, o presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), o alemão Thomas Bach, afirmou que "este ano do tigre também é um ano olímpico".

"Tanto o Ano do Tigre quanto o Tigre Olímpico representam coragem e força. Hoje a China é um país de esportes de inverno. Mais de 300 milhões de pessoas praticam esportes de inverno em cerca de 2.000 estações de esqui e gelo pistas", acrescentou.

E concluiu: "Caros atletas: seu palco olímpico está montado. Estamos todos com vocês. Estamos todos apoiando vocês. Estamos todos torcendo por vocês".

Em seu pronunciamento, Bach também pediu que as Olimpíadas fossem "uma inspiração para tempos de paz".

Na descrição da Associated Press, "a China deu seu show". "Quando Xi se sentou, os artistas se viraram para ele e se curvaram repetidamente. Uma onda de aplausos simultâneos aumentou quando eles ergueram seus pompons em direção ao presidente – o maior líder da China desde Mao Zedong, que estabeleceu a República Popular em 1949. Uma enxurrada de fogos de artifício, incluindo alguns que diziam "Primavera", anunciou que as festividades estavam à mão".

O presidente Xi declarou abertos os 24º Jogos Olímpicos de Inverno Pequim 2022, que o próprio COI considerou os realizados nas condições mais desafiadoras, com os atletas, treinadores e dirigentes em um circuito fechado, uma "bolha", para evitar a pandemia.

Os Jogos de Pequim também marcam o fracasso da provocação movida por Washington, o assim chamado 'boicote diplomático', acompanhado por alguns satélites, como o Reino Unido e a Austrália, aliás, parceiros da aliança agressiva Aukus recém-formada, e que é parte da tentativa cada vez mais furada de tentar deter o desenvolvimento chinês soberano. Tanto o COI quanto alguns dos principais líderes mundiais repudiaram a tentativa de "politização" do esporte.

FLOCOS DE NEVE

Como em 2008, a cerimônia de abertura foi dirigida pelo diretor de cinema chinês Zhang Yimou, famoso pelos filmes "Lanternas Vermelhas", "Herói" e "O Clã das Adagas Voadoras". Agora, tendo flocos de neve como tema central. "Diferentes flocos de neve chegam a Pequim e se juntam em um floco de neve gigante da humanidade", disse Zhang sobre seu conceito para a abertura em entrevista ao China Media Group (CMG).

Não havia atores ou dançarinos profissionais, todos eram cidadãos comuns, estudantes e trabalhadores que se apresentaram como voluntários para participar da abertura, 3 mil, a maioria crianças e adolescentes, em um palco de 11.600 metros quadrados de tela de LED de alta definição semelhante a uma superfície de gelo.

Ao contrário de edições anteriores, a organização optou por uma pira menor, com a tocha ao centro do floco de neve. O que reflete a importância que Pequim vem dando à questão ambiental e à sustentabilidade: uma chama menor, para diminuir a emissão de carbono.

Ao som de um trompete tocado por um menino, a bandeira da China foi levada ao palco por representantes das 56 etnias que formam o povo chinês, dando início à apresentação artística da festa.

Uma linda cascata de luz, simulando o Rio Amarelo, berço da milenar civilização, invadiu o palco e fez surgir um imenso e simulado bloco de gelo. Em imagens refletidas, a lembrança das 23 edições anteriores dos Jogos.

DELEGAÇÕES DESFILAM

Como é tradição, a delegação da Grécia abriu o desfile, encerrado como sempre pela delegação anfitriã. As delegações do Canadá e da Finlândia optaram por levar a maior parte de seus atletas ao desfile. A temperatura de quatro graus (Celsius) negativos não demoveu o porta-bandeira da Samoa Americana de se apresentar sem camisa e besuntado. A equipe de bobsled da Jamaica atravessou o palco executando uma dança. 16º país a desfilar, a delegação brasileira foi encabeçada por Jaqueline Mourão e Edson Bindilatti.

Os desfiles de atletas de Taiwan – que compete separadamente como "Taipei Chinesa" –, assim como os de "Hong Kong, China" – que é uma região especial autônoma – foram saudados com aplausos da multidão, assim como os competidores russos. Putin, de sobretudo, se levantou para a delegação russa, acenando com a cabeça enquanto marchavam.

Em um sintoma das dificuldades que envolvem os atuais Jogos, os EUA precisaram trocar sua porta-bandeira, Elana Meyers Taylor, do bobsled. Ela havia sido a escolhida, mas testou positivo para Covid-19, e foi substituída por Brittany Bowe, da patinação de velocidade.

Ao final, novos efeitos de luzes fizeram nevar flocos no Ninho do Pássaro, com os nomes dos países que participam dos Jogos, dando origem a um floco de neve gigante, que voou pelo palco.

PIRA ACESA

Após segmento do tributo a todos os povos, com imagens de cidadãos de todos os cantos do mundo, além de referências aos desafios enfrentados durante a pandemia de Covid-19, nomes do esporte chinês entraram no estádio empunhando a bandeira olímpica.

Após apresentações musicais, enfim o ponto culminante da cerimônia: o acendimento da tocha.

Weichang Zhao, Yan Li, Yang Yang, Bingtian Su, Yang Zhou, representando as últimas décadas do esporte chinês, fizeram a reta final do revezamento da tocha.

No fim, coube à dupla Dinigeer Yilamujiang – este, integrante da minoria uigur chinesa – e Jiawen Zhao acender a pira olímpica, com a tocha ao centro do floco de neve.

Anistia Internacional denuncia o "Estado de Apartheid de Israel" (1)

NATHANIEL BRAIA

Arquivo

Êxodo palestino sob ataque israelense em 1948

"O informe da Anistia Internacional – uma fundamental adição a prévios informes no assunto – marca um maior consenso, o reconhecimento do fato de que Israel emprega um regime de supremacia judaica no território que vai do rio Jordão ao mar Mediterrâneo. Isto é um passo essencial na luta para mudar esta realidade em direção a um futuro em que todas as pessoas que vivem aqui desfrutarão de justiça, equitatividade e respeito por seus direitos humanos", declara, em comunicado, a organização israelense B'Tselem.

A declaração da organização israelense foi postada em seu portal poucas horas depois do lançamento do informe da Anistia Iternacional (AI), considerando o Estado de Israel um regime de apartheid, lançado no dia 1º de fevereiro.

PÂNICO

"O pânico", esclarece B'Tselem, "expresso pelo ministro do Exterior de Israel, Yair Lapid, assim como as falsas argumentações de várias organizações dedicadas a 'explicar' Israel, de que o informe é uma tentativa de negar ao Estado de Israel o direito à existência, só revela seu posicionamento – de que um regime de supremacia judaica é justificável e deveria ser perpetuado. Na verdade, a demanda por igualdade e pela proteção dos direitos humanos para todos só ameaça aos que se opõem a estes valores. A grita de que esta exigência por justiça lhes causa dano mostra de forma abundantemente clara o lado que escolheram".

B'Tselem acrescenta que "nivelar com acusações de antissemitismo contra qualquer um que critique o regime israelense – inclusive contra organizações de direitos humanos – é uma afirmação manipulativa, que mina a luta crucial e global contra o antissemitismo e ofende a memória das vítimas do antissemitismo ao longo da história".

"Estamos aqui hoje, para chamar a comunidade internacional a tomar ação resoluta contra o crime de lesa humanidade que está sendo perpetrado com a finalidade de manter este sistema de apartheid", afirmou a secretária-geral da Anistia Internacional, Agnes Callamard, na cerimônia de lançamento do Informe.

Em um posicionamento que o jornal israelense qualificou de histérico, o ministro do Exterior de Israel, Yair Lapid, acusou a AI, ainda antes do lançamento do informe de "ao invés de se ater à verdade, a Anistia Internacional, dissemina as mesmas mentiras divulgadas por organizações terroristas e usadas como base ao antissemitismo. Qualquer exame criterioso vai ver que esse informe é uma ilusão desconectada da realidade. A Anistia Internacional era uma organização estimada que todos nós estimávamos. Hoje ela é o oposto disso".

Parece que estou ouvindo o que – infelizmente muitos – na comunidade judaica disseram sobre as mesmas conclusões as quais cheguei, com 20 anos de antecedência, ao lançar meu livro O Apartheid de Israel, quando corria o ano de 2002 e governava Israel, ninguém menos do que o general Ariel Sharon, também conhecido como o "carniceiro de Sabra e Shatila", por sua participação direta naquele massacre em território libanês e pelo qual foi condenado pela Corte de Israel. Fazia então pouco tempo que Itzhaq Rabin, pintado nas ruas de Israel por Begin, Sharon e Netanyahu como "traidor", pela assinatura dos Acordos de Paz de Oslo junto com Shimon Peres e Yasser Arafat e, após raivoso incitamento, assassinado por um judeu fanático no centro de Tel Aviv ao descer de um palanque onde acabara de entoar a "Canção à Paz" junto com uma multidão de 500 mil israelenses. Também na época, os que criticaram o livro não se ativeram ao que ali estava escrito. Era um posicionamento diante do título e ponto.

RABIN ASSASSINADO

Lembremos aqui, que foi o assassinato de Rabin que permitiu a tomada do poder por Sharon, seguido por Netanyahu, recrudescimento da ocupação e dos assentamentos judaicos além da fronteira israelense e à suspensão das negociações de paz com os palestinos e o avanço do sistema de segregação, particularmente nos territórios palestinos ocupados.

"O informe não vai contra a existência do Estado Judeu, ele vai no sentido de pressionar para que este Estado cumpra com o que a legislação internacional prevê, que é a garantia do direito de todas as pessoas que vivem no seu território", acrescenta a secretária-geral da AI.

É o terceiro informe dentro de um ano acusando o regime israelense de apartheid. Os outros dois são da organização Human Rights Watch e da israelense B'Tselem. Segundo seus dirigentes, a Anistia Internacional aspira a que seu informe contribua para que este sistema seja debatido na ONU e na Corte Penal Internacional em Haia.

Phillip Luther, conselheiro para questões de pesquisa e política da AI, acrescenta: "chegou a hora para nós oferecermos uma análise, o que nós encontramos e a nossa opinião crítica direcionada não aos judeus, mas ao Estado de Israel".

"É o Estado de Israel que está pondo em ação as políticas, que implementa as leis e através de suas práticas, oprime a população palestina", diz Luther.

Para sustentar sua tese, o informe começa por definir o que é Apartheid: " O crime de lesa-humanidade de apartheid é perpetrado quando se cometem determinadas violações graves de direitos humanos com o "fim de instituir e manter" um sistema de "dominação de um grupo racial… sobre qualquer outro… e de oprimi-lo sistematicamente" (Termos da Convenção para a Supressão e Punição do Crime de Apartheid adotada pela Assembleia Geral da ONU em 30 de novembro de 1973).

LIMPEZA ÉTNICA

O informe ressalta que a supressão da maioria palestina e a imposição de maioria judaica já estava nos planos e ações violentas dos idealizadores de Israel ainda nos anos da Palestina sob mandato britânico: "Em 1948, logo antes de se converter no primeiro premiê de Israel, Bem Gurión afirmou, após visitar Lifat e outras zonas até ali de maioria palestina, adjacentes a Jerusalém, que haviam sido totalmente 'esvaziadas' de residentes palestinos por ataques de forças judaicas: 'Não há mais árabes. 100% judeus. Se persistirmos, é muito provável que nos próximos seis a oito meses haja alterações consideráveis no país, muito consideráveis e em nosso benefício!'"

Passaram-se 70 anos e, em 2019, o primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu – aponta o informe -, publicou em tom de vitória: "Israel não é um Estado de toda a cidadania, mas um Estado-Nação do povo judeu e somente deste".

Festejar assim os resultados programáticos de Ben Gurion, não é uma clara confissão?

Aliás, nos dias da sanha terrorista para a expulsão em massa dos palestinos os termos referentes a um processo aberto de limpeza étnica se tornaram mais e mais recorrentes nas conversas entre seus perpetradores, inclusive no léxico usado pelo líder do processo, Ben Gurion. Palavras como "faxina", "purificação", "limpeza" se tornam termos do dia a dia daquele período.

"Hoje nós ocupamos Yibneh (não houve resistência séria) e Qaqun. Aqui a operação de purificação (tihur em hebraico) continua: não recebi notícias de outros fronts", escreve Ben Gurion em seu diário no dia 5 de junho de 1948.

Quanto ao método a ser utilizado, vejamos o que escreveu em seu diário em 1º de janeiro de 1948: "Há agora a necessidade de reações firmes e brutais. Precisamos ser precisos quanto ao momento, local e aqueles que atingiremos. Se acusarmos uma família – precisamos machucá-la sem piedade, mulheres e crianças incluídas. De outra forma, essa não será uma ação efetiva. Durante a operação, não há necessidade de distinguir entre culpados e inocentes".

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Nos 60 anos do bloqueio dos EUA, Cuba exige fim da agressão a sua economia

O governo cubano exigiu na quinta-feira (3) "de forma enfática e enérgica" o fim do bloqueio que os Estados Unidos impuseram à ilha há 60 anos, reforçado "até limites insuspeitados" durante a pandemia de covid-19.

"Nossa denúncia permanecerá firme e invariável até que esta política desumana e ilegal cesse em sua totalidade", afirmou o presidente Miguel Díaz-Canel, em comunicado publicado no aniversário de 60 anos de sua imposição.

Desde 2019 [sob Trump, mas não revogadas por Biden], "as medidas de coerção econômica atingiram agressividade qualitativamente maior. Aplicam-se medidas de guerra não convencionais, impróprias para tempos de paz, num esforço para privar Cuba do abastecimento de combustível", assinala o documento.

"No contexto do enfrentamento à Covid-19, o reforço do bloqueio atinge limites insuspeitados de crueldade, ao dificultar doações solidárias, tentar impedir o desenvolvimento de vacinas cubanas e limitar as possibilidades de acesso a medicamentos e insumos básicos".

"Durante a pandemia, e ao longo destes 60 anos, o bloqueio teve um custo humano incalculável e várias gerações o sentiram em primeira mão". Causou danos de 144,4 bilhões de dólares, reiterou o governo, destacando que se trata de "uma violação massiva, flagrante e sistemática dos direitos humanos" dos cubanos.

Seis décadas depois que o presidente John F. Kennedy emitiu a Proclamação 3447, que decretou um bloqueio total a Cuba e que entrou em vigor quatro dias depois, o bloqueio "nunca teve o menor indício de legitimidade ou justificativa moral", ressalta o texto.

Reforçado por leis como Torricelli (1992) e a Helms-Burton (1996), o bloqueio "tornou-se o ato mais complexo, prolongado e desumano de guerra econômica cometido contra qualquer nação".

Leia matéria na íntegra em: www. horadopovo.com.br

Imagem de vídeo - HYGO News

Repórter da AP Matt Lee cobra do porta-voz Ned Price evidências sobre acusações

Repórter nocauteia mentira da Casa Branca sobre 'vídeo russo para invadir a Ucrânia'

Em uma conversa memorável na quinta-feira (3), o porta-voz do Departamento de Estado, Ned Price, foi desafiado por Matt Lee, da Associated Press, por vender alegações infundadas sobre um ataque iminente da Rússia à Ucrânia ao público como "fatos" baseados em "informações desclassificadas".

Ned Price – um ex-agente da CIA – apareceu diante da imprensa, declarando: "Os Estados Unidos têm informações de que a Rússia está preparando ataques fabricados por forças militares ou de inteligência ucranianas como pretexto para uma nova invasão da Ucrânia".

Isso envolveria, continuou Price, a "produção de um vídeo de propaganda com cenas gráficas de falsas explosões, retratando cadáveres, atores de crise fingindo ser enlutados e imagens representando locais destruídos e equipamentos militares – inteiramente fabricados pela inteligência russa".

E continuou: "Para ser claro, o desenvolvimento de tal vídeo de propaganda é uma das muitas opções que o governo russo está desenvolvendo como um falso pretexto para iniciar e potencialmente justificar uma agressão militar contra a Ucrânia. … A Rússia indicou que está disposta a continuar as negociações diplomáticas, mas ações como essa sugerem o contrário."

No entanto, pelo menos desta vez, a provocação não passou batida, com um jornalista da Associated Press, Matt Lee, em um raro momento de lucidez e pensamento crítico entre os jornalistas, desafiando o ex-agente da CIA e agora porta-voz Price a provar suas acusações contra a Rússia.

Na íntegra, o bate-volta:

Matt Lee: De que ações [sugerindo que a Rússia não está interessada em negociações diplomáticas] você está falando?

Porta-voz Price: A ação que acabei de apontar, o fato de que a Rússia continua engajada na desinformação.

Matt Lee: Você fez uma alegação de que eles podem fazer isso, eles realmente fizeram isso?

Porta-voz Price: O que sabemos Matt é o que acabei de dizer, é que eles se envolveram nessa atividade.

Matt Lee: Que atividade? Que atividade?

Porta-voz Price: .... Nós dissemos a vocês algumas semanas atrás que temos informações de que a Rússia também já pré-posicionou um grupo de agentes condicionados a conduzir uma falsa bandeira [operação] no leste da Ucrânia. Então, Matt, para sua pergunta, é uma ação que a Rússia já empreendeu.

Matt Lee: É uma ação que você diz que eles tomaram, mas você não mostrou nenhuma evidência para confirmar isso e eu vou chegar à próxima pergunta aqui que é: Qual é a evidência de que eles planejaram [essa ação] ? O que é isso? Atores de crise? Sério? Quero dizer, este é o território de Alex Jones que você está entrando agora. Que evidências você tem para apoiar a ideia de que há algum filme de propaganda em produção?

Porta-voz Price: Isso é derivado de informações conhecidas pelo governo dos EUA, informações de inteligência que desclassificamos.

Matt Lee: OK, bem, onde está? Onde está essa informação?

Porta-voz Price: São informações de inteligência que desclassificamos.

Matt Lee: Mas onde está? Onde está a informação desclassificada?

Porta-voz Price: Acabei de entregar.

Matt Lee: Não, você fez uma série de alegações. …

Porta-voz Price: O que você gostaria Matt?

Matt Lee: Eu gostaria de ver alguma prova de que você possa mostrar que os russos têm feito isso.

Porta-voz Price: Você tem feito isso por...

Matt Lee: Isso mesmo, eu tenho feito isso por um longo tempo. … Lembro-me das WMDs [armas de destruição em massa] no Iraque, e lembro que Cabul não ia cair… Lembro-me de muitas coisas. Então, onde está a informação desclassificada além de você dizendo isso?

Com apenas uma pergunta simples – "que evidência você tem?" – Lee deixou Price a nu e expôs o fato de que a atual campanha da mídia sobre a "iminente invasão russa" da Ucrânia e "ataques de bandeira falsa" não tem mais credibilidade do que as mentiras de Colin Powell sobre "armas de destruição em massa" no Iraque.

Aliás, foi exatamente lembrando a célebre foto de Powell de 2003, que a Rússia respondeu à nova provocação fabricada por Washington. Foto em que o então secretário de Estado Colin Powell, mente ao Conselho de Segurança da ONU, exibindo um tubinho com sabão em pó que dizia ser 'antraz', e que seria a prova das 'armas de destruição em massa' de Sadam.

Leia a matéria completa no site do HP

Putin e Xi repudiam 'expansão da Otan' e ingerência de Washington

Alexei Druzhinin/ Sputnik/AFP

Xi e Putin destacam a coordenação estratégica em defesa da equidade e justiça

Rússia e China rejeitam forças minoritárias na comunidade internacional que continuam a adotar hegemonismo, interferir nos assuntos internos de outros países, minar direitos e interesses legítimos

Comunicado conjunto dos presidentes da China, Xi Jinping, e da Rússia, Vladimir Putin, condena a Casa Branca e satélites por suas "abordagens unilaterais de questões internacionais e por recorrer à força".

Segundo os líderes, esses governos minoritários no cenário internacional "interferem nos assuntos internos de outros Estados, infringindo seus direitos e interesses legítimos, e incitam contradições, diferenças e confrontos, dificultando o desenvolvimento e o progresso da humanidade".

O encontro se deu na tarde de sexta-feira (4), antes da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim. No encontro, os líderes enfatizaram o aprofundamento da coordenação estratégica em defesa da equidade e justiça internacionais, aderindo aos consensos no apoio mútuo à soberania, segurança e interesses de desenvolvimento para enfrentar melhor a interferência externa e as ameaças regionais.

Na declaração conjunta ressaltam o advento de uma nova era de desenvolvimento global sustentável com a qual colaboram ao elaborarem suas posições comuns sobre visões sobre democracia, segurança e ordem.

Repudiam esse minoritário número de forças na comunidade internacional que, apesar dos novos tempos que se avizinham, continua a promover o unilateralismo, a adotar políticas de poder, interferir nos assuntos internos de outros países, minar direitos e interesses legítimos de outros países, criar atritos e confrontos e dificultar o desenvolvimento e progresso da humanidade, sublinhando que a comunidade internacional não vai aceitar isso.

China e Rússia compartilham o entendimento de que a democracia é um valor humano universal, e não um privilégio de um número limitado de países, e que sua promoção e proteção é uma responsabilidade comum de toda a comunidade internacional, segundo o comunicado conjunto.

Na declaração, a Rússia também reafirma seu apoio ao princípio de uma só China, reiterando que Taiwan é uma parte inalienável da China e se opõe a qualquer forma de "independência de Taiwan".

Os dois países também se opõem a uma maior ampliação da Otan e pedem ao bloco que abandone suas abordagens ideologizadas da Guerra Fria e respeite a soberania, a segurança e os interesses de outros países, de acordo com o comunicado conjunto.

Pequim e Moscou também compartilham sérias preocupações sobre o Aukus, o pacto militar entre EUA, Reino Unido e Austrália, pedindo aos países que cumpram seus compromissos de não proliferação nuclear e de mísseis e trabalhem juntos para salvaguardar a paz, a estabilidade e o desenvolvimento na região.

As duas partes também assinaram uma série de documentos importantes sobre cooperação em diversas áreas, ressaltando a parceria estratégica sem precedentes entre Rússia e China, que não é apenas do interesse dos dois países, mas também da estabilidade do mundo.

Xi declarou que acredita que este encontro nos Jogos Olímpicos de Inverno, que também coincide com a primavera, injetará muito impulso no relacionamento bilateral China-Rússia.

Putin assinalou durante a reunião que as visitas oficiais durante a abertura dos Jogos Olímpicos se tornaram uma tradição, mencionando sua visita a Pequim no verão de 2008 para os Jogos Olímpicos de Verão, a visita de Xi à Rússia em 2014 para os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi, e esta reunião em Pequim antes do início dos Jogos Olímpicos de Inverno.

Putin foi o primeiro chefe de Estado estrangeiro a confirmar sua participação nos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim no ano passado.

Em meio à epidemia e aos crescentes novos desafios em todo o mundo, a China e a Rússia têm mantido laços bilaterais estáveis, apoiando-se firmemente em seus interesses centrais com maior confiança política e estratégica, com o volume de comércio bilateral atingindo um recorde, disse Xi.

Durante uma reunião entre o conselheiro de Estado chinês e ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, e o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, antes da reunião dos líderes na sexta-feira, os dois lados concordaram em aderir ao espírito olímpico e se opor a qualquer forma de politização do evento.

Eles também prometeram manter a paz e a estabilidade na região da Ásia-Pacífico e se opor a qualquer tentativa de criar antagonismo e confronto entre campos e grupos.

A seguir, o texto da Declaração:

Declaração Conjunta da Federação Russa e da República Popular da China

O presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, visitou a China a convite do presidente da República Popular da China, Xi Jinping, em 4 de fevereiro de 2022. Os chefes de Estado mantiveram conversas em Pequim e participaram da cerimônia de abertura dos XXIV Jogos Olímpicos de Inverno.

A Federação Russa e a República Popular da China, doravante denominadas Partes, declaram o seguinte.

Hoje, o mundo está passando por mudanças em grande escala, a humanidade está entrando em uma nova era de rápido desenvolvimento e transformações em grande escala. Processos e fenômenos como multipolaridade, globalização econômica, informatização da sociedade, diversidade cultural, transformação do sistema de governança global e da ordem mundial estão se desenvolvendo, a interconexão e interdependência dos Estados está aumentando, uma tendência está sendo formada para redistribuir o equilíbrio de forças mundiais, a demanda da comunidade mundial por liderança no interesse do desenvolvimento pacífico e progressivo está crescendo.

Ao mesmo tempo, no contexto da pandemia de uma nova infecção por coronavírus em curso no mundo, a situação no campo da segurança internacional e regional está se tornando cada vez mais complicada a cada dia, os desafios e ameaças globais se multiplicam. Algumas forças, representando uma minoria no cenário mundial, continuam defendendo abordagens unilaterais para resolver problemas internacionais e recorrendo à política de poder, praticando interferência nos assuntos internos de outros Estados, lesando seus direitos e interesses legítimos, provocando contradições, desacordos e confrontos, dificultando o desenvolvimento e o progresso da humanidade, o que causa rejeição por parte da comunidade internacional.

As Partes se dirigem a todos os Estados com um chamamento no interesse do bem-estar comum para fortalecer o diálogo e a confiança mútua, aprofundar o entendimento mútuo, defender valores universais como paz, desenvolvimento, igualdade, justiça, democracia e liberdade [...]

Leia a íntegra do documento na versão digital do HP

105 grupos antiguerra dos EUA exigem de Biden fim às provocações contra Rússia

Mais de 100 organizações de defesa que representam milhões de pessoas nos Estados Unidos exigiram na terça-feira (1º) que o governo Biden tome medidas imediatas para aliviar as tensões com a Rússia, já que as duas potências com armas nucleares permanecem perigosamente próximas da guerra diante do impasse na Ucrânia, registrou o portal Common Dreams.

"Pedimos ao presidente Biden que acabe com o papel dos EUA na escalada das tensões extremamente perigosas com a Rússia", disseram os grupos progressistas em uma declaração conjunta liderada por CodePink e RootsAction.org.

"É gravemente irresponsável que o presidente participe de uma disputa entre duas nações que possuem 90% das armas nucleares do mundo."

"O governo dos EUA deve concordar com uma moratória de longo prazo em qualquer expansão da OTAN", acrescenta o documento.

Até agora, os EUA rejeitaram a exigência da Rússia de uma garantia de nenhuma "expansão adicional para o leste" da OTAN.

A declaração – assinada por 105 organizações, incluindo Médicos para Responsabilidade Social, Política Externa Justa e Ação de Paz – veio horas depois de uma discussão verbal acirrada entre representantes dos EUA e da Rússia no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Na reunião, o embaixador russo Vasily Nebenzya afirmou que os EUA estão "provocando uma escalada" com falsas alegações sobre as intenções da Rússia na Ucrânia, que tem ambições de ingressar na OTAN – algo que a Rússia vê como uma grave ameaça à sua segurança.

Nebenzya também acusou os EUA de colocar "nacionalistas, radicais, russófobos e nazistas puros" no poder em Kiev, apoiando a derrubada do governo da Ucrânia em 2014.

Já a embaixadora dos EUA Linda Thomas-Greenfield acusou a Rússia de "tentar, sem qualquer base factual, pintar a Ucrânia e os países ocidentais como agressores para fabricar um pretexto para o ataque".

Em sua declaração conjunta os 105 grupos antiguerra afirmaram que as raízes da crise atual estão "enredadas no fracasso do governo dos EUA em cumprir sua promessa feita em 1990 pelo então secretário de Estado James Baker de que a Otan não se expandiria 'uma polegada para o leste'".

"Desde 1999, a Otan se expandiu para incluir vários países, incluindo alguns que fazem fronteira com a Rússia", observaram os grupos. "Em vez de descartar a atual insistência do governo russo em uma garantia por escrito de que a Ucrânia não se tornará parte da Otan, o governo dos EUA deveria concordar com uma moratória de longo prazo em qualquer expansão da Otan."

Embora o governo Biden tenha dito publicamente que está comprometido em buscar o diálogo e a diplomacia com a Rússia, ao mesmo tempo continuou despejando armas na Ucrânia e colocou milhares de tropas americanas de prontidão para um possível deslocamento para a Europa Oriental.

Norman Solomon, diretor nacional da RootsAction.org, disse ao Common Dreams que "a emergência que enfrentamos agora está literalmente colocando em risco a sobrevivência da humanidade", dadas as milhares de armas nucleares que os EUA e a Rússia possuem.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Joni Mitchell foi a primeira artista a apoiar Neil Young por retirar suas músicas

Sob pressão de artistas e queda na Bolsa, Spotify exclui 113 episódios de Joe Rogan

O Spotify está removendo episódios de Joe Rogan Experience (JRE) desde sexta-feira depois que artistas como Neil Young, Joni Mitchell, David Crosby, Stephen Stills, Graham Nash e Nils Lofgren, entre outros, se rebelaram contra a postura da plataforma de permitir e manter as mentiras do podcaster Joe Rogan sobre a Covid e contra vacinas.

No últimos dias, Spotify perdeu 2,9 bilhões de dólares em valor de mercado, o que parece começar a sensibilizar a empresa. A pressão dos artistas e mais recentemente essa queda do valor das ações certamente contribui para as medidas agora iniciadas, mesmo que ainda sejam motivadas para reduzir danos.

O site Gizmodo disse que alguns dos episódios do podcast não podiam mais ser encontrados quando constatou que 70 haviam desaparecido e agora, mais outros 43 foram removidos. No entanto, afirma Gizmodo, os episódios não parecem estar conectados à controvérsia do COVID-19.

Segundo Gizmodo, não está claro quais políticas os episódios violaram para serem excluídos. O chefe de comunicações globais do Spotify, Dustee Jenkins, disse aos funcionários no Slack antes que uma equipe revisou vários episódios controversos do JRE e descobriu que eles não atingiram o limite para remoção. Difícil é entender o que Jenkins está querendo dizer com "atingir limite para remoção".

O CEO do Spotify admitiu que sua política de conteúdo deveria ter sido pública antes de agora, quando relatou os ganhos para o quarto trimestre de 2021. Quanto ao negacionista Rogan, ele se desculpou pela reação e disse que fará o possível "para tentar equilibrar esses pontos de vista mais controversos". Ou seja, pura enrolação, pelo menos até agora.

Brizola: Conferência na UNE em 1961 – o Brasil, os EUA e o Caso Cubano (3)

Continuação da edição anterior

O que precisamos fazer para rompermos para a civilização e para o desenvolvimento? Esta pergunta conduz a uma só resposta. Ela nos coloca frente à frente ao conceito de autodeterminação. São autodeterminadas as nações que, em primeiro lugar, disciplinam como querem as suas relações e o seu intercâmbio com as nações do Universo. Em segundo lugar, só são rigorosamente autodeterminadas as nações que, através de meios ao seu alcance são capazes de executar, realizar as reformas estruturais consideradas necessárias à sua prosperidade social e econômica

LEONEL BRIZOLA

Após o exílio de 15 anos no Uruguai durante o período da ditadura, Brizola voltou ao Brasil em 1979

Não estou aqui preconizando que se deva enfraquecer, ou que se deva romper relações entre os dois países. Isto seria um absurdo. Preconizo, sim, que estas relações se desenvolvam em outros termos.

E o que me preocupa, é que o dia em que o Brasil e os brasileiros resolverem reformar, como precisamos, o sistema de relações, iremos assistir os porta-vozes americanos nos acusarem de inovadores comunistas, intrigando-nos com a opinião pública mundial, além de se empenharem, aqui dentro, em soez campanha destinada a inutilizar os nossos esforços. *(Palmas)*

Hoje, ou melhor, sempre que surgir um movimento no Brasil visando reestruturar, visando reformar ou simplesmente visando colocar as coisas como as coisas devem ser colocadas, como, por exemplo, ocorreu no caso da Petrobrás, veremos o empenho em desfigurar esses movimentos, a eles atribuindo um conteúdo extremista e antiamericano. É o que a rigor acontecerá toda vez em que desejarmos modificar as coisas, sobretudo se desejarmos modificá-las fora do figurino e das receitas norte-americanas. *(Palmas)*

Quando subiu ao poder o Partido Democrata nos Estados Unidos, criou-se a impressão de que as nossas relações se iriam modificar, num sentido justo para o Brasil e para a América Latina.

O que vimos? Promessas sobre a intensificação de programas do tipo do Ponto 4; promessas sobre um "programa de alimentos para a paz", etc. Poderemos, nessa linha, consolidar até as nossas dívidas – tudo isto pode ser útil, mas absolutamente não resolverá o nosso problema que não é de adiamento de dívidas ou de seu resgate.

Tem, então, como afirmam alguns pensadores e observadores nos Estados Unidos, esse País obrigação de auxiliar a América Latina?

Para aqueles que estão me ouvindo, eu direi que, de colaborar conosco, têm o dever, porque parte significativa da riqueza hoje acumulada nos Estados Unidos é parte do trabalho do nosso povo. *(Palmas)*

É uma afirmação que faço com independência. Se na Rússia se acumulam riquezas de outros países, eu não o sei e se o soubesse condenaria da mesma forma – estou tratando do nosso caso.

E não temos relações com a União Soviética, nem giramos em sua órbita.

Se os norte-americanos desejam ajudar-nos na criação do grande país que devemos e haveremos de ser, custe o que custar, primeiro necessitam considerar que é dever dos Estados Unidos ajudarem-nos, quanto mais não seja, pelo menos a título de ressarcimento por tudo o que o sistema espoliativo levou do Brasil para lá. É grande parte do fruto de nosso trabalho continua, ainda, sendo drenado para lá. E mais ainda: porque os termos das relações entre os dois países está determinando o congelamento da arcaica e injusta estrutura interna, impedindo-nos de reformar, reestruturar a vida interna do Brasil, como é do justo anseio das grandes massas populares brasileiras. (Palmas)

E o que precisamos fazer para rompermos para a civilização e para o desenvolvimento?

Esta pergunta conduz a uma só resposta. Ela nos coloca frente à frente ao conceito de autodeterminação.

São autodeterminadas as nações que, em primeiro lugar, disciplinam como querem as suas relações e o seu intercâmbio com as nações do Universo. Em segundo lugar, só são rigorosamente autodeterminadas as nações que, através de meios ao seu alcance são capazes de executar, realizar as reformas estruturais consideradas necessárias à sua prosperidade social e econômica.

Quanto a este ponto, no que se refere à política de autodeterminação, desejo, neste instante, fazer uma declaração insuspeita, totalmente insuspeita. Eu a faço com este espírito de independência que, peço a Deus sempre caracterize a minha atuação na vida pública o que neste, instante, desejo solenemente dizer: a política de autodeterminação, e as medidas, as providências de defesa do princípio de autodeterminação consubstanciados na política externa anunciada e iniciada pelo Presidente Jânio Quadros e pelo Chanceler Afonso Arinos, só não tem os aplausos, a solidariedade e o apoio dos que desejam ver nesse país apenas o círculo estreito de seus próprios interesses. É aquela política a que convém ao Brasil.

Vejamos, agora, numa passagem, o que deveriam fazer os Estados Unidos se realmente desejam colaborar conosco.

Em primeiro lugar, os homens públicos e as autoridades e agentes do Governo deveriam deixar de dar cobertura à ação dos interesses privados, dos trustes e monopólios americanos, *(Palmas)* porque, a rigor, para uma nação como a nossa, e para os povos da América Latina, eliminar a interferência dos interesses privados, de trustes e monopólios na nossa vida econômica, constitui uma espécie de pré-requisito para o desenvolvimento. *(Palmas prolongadas)*

Vou voltar a essa minha afirmação. Duvido muito que alguém, nesta cidade do Rio de Janeiro, consiga convencer a um trabalhador que ele deve fazer um grande esforço para o desenvolvimento do Brasil. Não o conseguirá porque esse trabalhador está convencido de que hoje ele não trabalha para o Brasil, mas para enriquecer ainda mais a "Light and Power". (Palmas). Cito a Ligth, como poderia citar centenas e centenas de organizações espoliadoras que se beneficiam direta ou indiretamente do trabalho dos brasileiros.

O problema do controle, da ingerência, do controle remoto de grandes setores da nossa economia, da presença de grandes organizações e da casta de milionários seus associados e dependentes indígenas, (Palmas) operando em imensos setores da nossa economia, precisa ser resolvido, porque é ele que gera no povo brasileiro e nos povos da América Latina uma psicologia contrária ao esforço e ao sacrifício para o desenvolvimento. E, sem romper esta psicologia, torna-se muito difícil a mobilização para o desenvolvimento. O desenvolvimento não se faz sem mobilização humana, sem a participação das grandes massas, porque tudo é o homem quem faz, tudo depende do homem, tudo depende do povo e de bons dirigentes.

Entendam os homens públicos dos Estados Unidos, se puderem; entendam se puderem a afirmação acima feita; mas, entendendo-a ou não, tenham absoluta certeza de que dificilmente os planos que pretendem realizar na América Latina alcançarão resultados se aquele pré-requisito para o desenvolvimento que é o da remoção da interferência dos interesses de grupos econômicos americanos da nossa economia, não for preliminarmente atendido.

Em segundo lugar, que nos seja permitido realizar as reformas internas, das quais necessitamos. Reformas estruturais e, sobretudo, reformas que nos permitam assumir o controle das organizações que interferem negativamente em nossa prosperidade econômica e social; só após essas reformas, o humilde trabalhador, modesto, e simples, que esteja movimentando as nossas máquinas ou mesmo cuidando da terra, terá a certeza de que o fruto de seu trabalho, a riqueza que está criando é nossa, é do Brasil, é dos brasileiros. *(Palmas)*

Se os Estados Unidos desejam fazer grandes empréstimos ao Brasil, e se quiserem ser nossos amigos, não pensem em emprestar às organizações privadas americanas aqui sediadas, porque, neste caso, estarão agravando a nossa situação. Que emprestem ao poder público, de governo para governo.

Não quero com isto dizer que devemos expulsar pura e simplesmente do Brasil as empresas americanas.

Não, elas podem ficar aqui, podem ficar, mas sob o nosso controle, com participação minoritária nas organizações.

Agora mesmo, estou em discussão no Rio Grande do Sul com a empresa telefônica, subsidiária que é de um grande truste norte-americano. Eu não vou encampá-la. Eu não a quero comprar, inclusive porque o seu equipamento não serve para mais nada. Fundei uma sociedade de economia mista e fiz um convite à aludida empresa para participar da sociedade, mas, apenas e no máximo, com 25% do capital.

O problema que coloco em foco, isto é, o de assumirmos o controle das empresas americanas, é, em última análise, um dos aspectos mais sensíveis do problema de nossa autodeterminação, dado que nenhum povo pode ser senhor do seu destino, enquanto sobre este se deliberar nos escritórios de Nova Iorque. (*Palmas)*

De outra parte, como poderemos considerar bem intencionados ou nossos amigos, os dirigentes norte-americanos, se os EE.UU. continuarem dando cobertura a privilégios, a situações antissociais existentes em nosso País, dos quais são exatamente titulares aqueles que se proclamam aqui dentro os maiores amigos e defensores dos Estados Unidos? (Palmas prolongadas)

Em verdade, meus Patrícios, se isso não for feito, dificilmente há de ser equacionada a situação do nosso País e da América Latina. Podem os Estados Unidos realizar quantos "programas de alimentos para a paz" quiserem; podem fazer quantas vezes quiserem consolidações de dívidas; podem nos continuar vendendo equipamentos financiados; podem nos propor quantas "alianças para o progresso" desejarem; podem nos fazer empréstimos e financiamentos e investimentos da maneira que quiserem, o máximo que conseguirão fazer aqui no Brasil é enriquecer grupos, ou, ainda, fazer mais alguns milionários enquanto vai inquietantemente aumentando a pobreza do povo brasileiro. *(Palmas)*

Então, o nosso país não terá condições para vencer o subdesenvolvimento e a corrida contra o tempo. Porque hoje há um fato novo que até agora não havia causado maior impressão: quando o Brasil possuía 30 milhões de habitantes, uma taxa de crescimento demográfico de 2,5 não era nada; mas agora, com quase 70 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento demográfico de 2,7, eis que nos encontramos frente à frente a uma violenta explosão populacional.

O Nordeste terá em 20 e poucos anos 50 milhões de habitantes. Só na cidade do Recife, apesar das condições que conhecemos, terá cerca de 3 milhões de habitantes. Então pergunto: se os Estados Unidos não concordarem em modificar profundamente os termos de nossas relações, por conseguinte, das implicações internas e externas, se continuarem com a política que nos acenam, o que esperam de nós?

Que receita é esta, meus Patrícios? É exatamente a receita que aplicaram a Cuba. (Palmas prolongadas. A assistência de pé aplaude o orador).

Fácil é dizer, em relação a Cuba, que melhor seria que tudo ali tivesse sido resolvido pacificamente. Mas, diante das intransigências e das incompreensões que foram impostas àquela nação e àquele povo, como pensar assim?

Precisamos todos estudar e acompanhar atentamente o chamado "caso cubano". Eu não estou aqui fazendo a defesa ou um elogio pessoal do Sr. Fidel Castro – estou falando com a consciência de minhas palavras. É que, a rigor, nenhum país e nenhum povo latino-americano pode deixar de atentar para as causas determinantes do chamado "caso cubano", porque no caso cubano pode haver um espelho do que, desditosamente, venha ser o nosso futuro, se os termos de nossas relações com ou EUA continuarem como até agora. *(Palmas)*

Sou um dos que sustentam a tese de que devemos acompanhar atentamente o que lá aconteceu. Se hoje Cuba e seus dirigentes, estão desligados quase do mundo ocidental, isto se deve exclusivamente aos Estados Unidos, à intransigência, à intolerância dos dirigentes públicos e dos chamados homens de negócios norte-americanos. (*Palmas)*

Como esta incompreensão e sua intransigência estão crescendo à medida que a força da grande nação americana aumenta, temo que esta incompreensão e essa intransigência recaiam um dia sobre outros povos da América Latina. Sabemos que os dirigentes revolucionários cubanos quiseram, logo que vitoriosa a Revolução, encontrar um termo de vida concreto com os Estados Unidos. Mas, montados na sua intolerância, os Estados Unidos recusaram-se a admitir qualquer forma de convívio que importasse em abolir os inaceitáveis privilégios dos grupos espoliadores, e esta é a origem do "caso cubano". Agora pretendem nos engajar, e arrastar toda a América Latina atrelada ao carro de sua intransigência. Não. Decididamente, não. (Palmas prolongadas)

Aí estão os livros escritos por sociólogos americanos insuspeitos, por professores das universidades americanas, revelando o quadro real de Cuba antes da revolução. Como aquele povo poderia autodeterminar-se, se os cubanos de tudo quanto tinham em seu país, nada era seu? Tudo era de propriedade estrangeira e norte-americana. Como poderiam dar terras aos que não tinham terras, se a maioria das terras era de propriedade de empresas estrangeiras e norte-americanas?

Entendo que devemos acompanhar o "caso cubano" considerando-o um problema tanto da América Latina quanto do Brasil. E ao estudar o "caso cubano" precisamos não nos iludirmos com as suas consequências, mas aprender com suas causas. As consequências pouco interessam, a rigor; as causas, estas, sim, a rigor, nos interessam, e vitalmente. *(Palmas)*

Estas são palavras que aqui me foram permitidas, meus jovens Patrícios, com sinceridade e franqueza, pronunciar, falando de uma parte sobre os problemas que empolgam o meu Estado, e, de outra trazendo uma contribuição modesta e despretensiosa à análise que todos nós fazemos todos os dias de nossos problemas e da realidade do nosso País.

Espero que esta contribuição vos possa ser útil. Reafirmo-vos que todas as minhas palavras foram pronunciadas com aquele sentido de independência tão necessário aos que meditam hoje sobre os problemas e os destinos do Brasil e da América Latina.

Deixo-vos estas considerações, deixando-vos também a certeza de que todas as minhas palavras foram pronunciadas no sentido de vos transmitir o meu pensamento, e não na intenção de escondê-lo. Falei aos moços do meu País. Falei àquele setor de nossa população que representa o pensamento de vanguarda do povo brasileiro.

Desejo sempre conservar-me afinado convosco, acompanhando as vossas manifestações e atitudes, pulsando pelos vossos ideais e vossas aspirações e esperanças. Desejo, sinceramente, que a mocidade de hoje consiga influir decisivamente nos destinos do País, fazendo o que a nós, os da minha geração, não nos for dado fazer.

Sinto-me inteiramente solidário convosco, nas atitudes que a mocidade vem assumindo em defesa do regime. Nem poderia ser outra a minha posição. O nosso regime não nos satisfaz tal como o temos, mas se conseguirmos aperfeiçoá-lo, muito ainda poderemos esperar de sua capacidade de servir como instrumento de benemerência humana e de justiça social. Precisamos reformá-lo, mas empregando os meios com os quais ele próprio está equipado para as reformas que no texto da própria Carta Magna estão previstas. Precisamos reformá-lo, para que cada vez seja maior a participação ativa do povo brasileiro na prática democrática, e, por tal modo, que a democracia não seja apenas privilégio de alguns, mas realidade social e econômica contemplada por todo o povo brasileiro. *(Palmas)*

Deixo-vos a minha homenagem, a segurança do meu apreço. Deixo-vos o meu agradecimento e, principalmente, o agradecimento do povo gaúcho, que tenho a honra de representar – agradecimentos pela oportunidade oferecida ao seu governante, de falar ao País, de falar aos moços, contribuindo como esteve ao seu alcance, para a luta pela completa emancipação do nosso País. *(Palmas)*

Tenho a certeza de que a nossa geração ainda viverá o dia que o nosso País conseguirá efetivamente superar todos os fatores que entorpecem a nossa marcha para o desenvolvimento, para a prosperidade, para a civilização. Sobretudo animame a convicção inabalável de que longe não estará o dia em que estruturaremos dentro do nosso País a sociedade que sonhamos e idealizamos, sem ignorância, sem analfabetismo, sem doentes desassistidos, sem pobreza; sociedade justa e humana, na qual todos os brasileiros, principalmente, os jovens, tenham igualdade de oportunidades para prestarem serviços à grande Nação que inapelavelmente seremos.